

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.058.315
Preferenciais	0
Total	56.058.315
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	38.141.211	34.595.899
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.229.527	889.731
1.01.01	Caixa	59.535	64.740
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.169.992	824.991
1.01.02.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.169.992	824.991
1.02	Ativos Financeiros	35.377.919	32.155.599
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	351.805	287.168
1.02.01.01	Aplicações Depósitos Interfinanceiros	351.805	287.168
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	189.618	205.872
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	189.618	205.872
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	13.839.621	11.402.923
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	13.839.621	11.402.923
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	20.996.875	20.259.636
1.02.04.04	Operações de Crédito	20.546.565	19.742.577
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-678.000	-603.555
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.128.310	1.120.614
1.03	Tributos	1.259.141	1.282.672
1.03.03	Outros	1.259.141	1.282.672
1.03.03.01	Crédito Tributário	1.189.851	1.187.580
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	69.290	95.092
1.04	Outros Ativos	55.113	37.396
1.04.03	Outros	55.113	37.396
1.06	Imobilizado	115.508	119.814
1.06.01	Imobilizado de Uso	371.506	371.210
1.06.03	Depreciação Acumulada	-255.998	-251.396
1.07	Intangível	104.003	110.687
1.07.01	Intangíveis	371.548	371.503
1.07.03	Amortização Acumulada	-267.545	-260.816

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	38.141.211	34.595.899
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	29.123.102	25.656.343
2.02.01	Depósitos	9.396.508	8.338.455
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	70.000	70.041
2.02.04	Outras Captações	19.656.594	17.247.847
2.02.04.01	Letra de Crédito do Agronegócio	572.240	319.315
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	39.334	44.758
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	578.435	600.079
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	387.545	377.990
2.02.04.06	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	17.492.481	15.738.193
2.02.04.07	Outros Passivos Financeiros	142.432	153.778
2.02.04.10	Demais Instrumentos Financeiros	444.127	13.734
2.03	Provisões	3.633.143	3.580.280
2.03.01	Provisões para Pagamento a Efetuar	137.403	121.739
2.03.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.627.519	1.566.721
2.03.03	Provisão para Passivos Atuariais	1.131.204	1.162.250
2.03.04	Provisão para Demandas Judiciais	244.206	217.522
2.03.05	Provisão para Plano Saldados	492.462	511.699
2.03.06	Provisões Diversas	349	349
2.04	Passivos Fiscais	228.450	517.896
2.04.01	Fiscais e Previdenciárias	209.080	501.208
2.04.02	Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos	19.370	16.688
2.07	Patrimônio Líquido	5.156.516	4.841.380
2.07.01	Capital Social Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.01.01	Capital Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	17.436	17.600
2.07.04	Reservas de Lucros	1.699.479	1.699.479
2.07.04.01	Reserva Legal	249.738	249.738
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.449.741	1.449.741
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	286.851	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-504.421	-532.870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	946.193	670.288
3.01.01	Operações de Crédito	487.990	313.015
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	458.203	357.273
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-634.624	-433.770
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-182.736	-133.265
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-330.056	-204.789
3.02.03	Provisão Operações de Créditos e Outros Créditos	-121.393	-86.261
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	-439	-9.455
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	311.569	236.518
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	162.719	143.903
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	224.078	236.771
3.04.03	Despesas com Pessoal	-167.746	-159.897
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-83.697	-68.500
3.04.05	Despesas Tributárias	-51.875	-39.789
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	473.875	355.240
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-231.916	-179.922
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	474.288	380.421
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-187.601	-163.572
3.06.01	Corrente	-210.049	-169.937
3.06.02	Diferido	22.448	6.365
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	286.687	216.849
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	286.687	216.849
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	286.687	216.849
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	5,114	7,315
3.99.01	Lucro Básico por Ação	5,114	7,315
3.99.01.01	ON	5,11409	7,31464

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	286.687	216.849
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	28.613	58.558
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-990	-4.705
4.02.01.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	-1.722	-8.555
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	732	3.850
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	29.603	63.263
4.02.02.01	Remuneração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	53.525	114.701
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Remuneração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	-24.086	-51.615
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	298	322
4.02.02.04	Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-134	-145
4.04	Resultado Abrangente do Período	315.300	275.407

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.777.849	2.401.747
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	596.749	446.406
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	474.288	380.421
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	122.461	65.985
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.181.100	1.955.341
6.01.02.01	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários para Negociação	16.276	-8.947
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-851	-1.005
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-64.636	53.430
6.01.02.04	Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-20.633	31.696
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-850.406	-1.536.109
6.01.02.06	Redução/(Aumento) em Outros Créditos	55.050	18.372
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	1.058.053	1.599.168
6.01.02.08	Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-27.068	-25.018
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto	252.884	17.640
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	1.840.992	1.862.069
6.01.02.11	IR e CS pagos	-78.561	-55.955
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.438.053	-426.076
6.02.01	(Aumento) em TVM disponíveis para Venda	-4.793.155	-953.881
6.02.02	Redução em TVM disponíveis para Venda	2.355.466	511.963
6.02.03	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-22	-919
6.02.04	Redução em TVM mantidos até o vencimento	0	25.266
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	-297	-14
6.02.08	Aquisição do Intangível	-45	-8.491
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	339.796	1.975.671
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	889.731	1.701.726
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.229.527	3.677.397

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.654.918	2.253	1.699.479	-532.870	0	17.600	4.841.380
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.654.918	2.253	1.699.479	-532.870	0	17.600	4.841.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.449	286.687	0	315.136
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	286.687	0	286.687
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	28.449	0	0	28.449
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	28.449	0	0	28.449
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	164	-164	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	298	-298	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-134	134	0
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	1.699.479	-504.421	286.851	17.436	5.156.516

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.875.067	-574.099	0	18.480	2.944.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.875.067	-574.099	0	18.480	2.944.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.381	216.849	0	275.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	216.849	0	216.849
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	58.381	0	0	58.381
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	58.381	0	0	58.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	178	-178	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	322	-322	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-144	144	0
5.07	Saldos Finais	2.623.252	2.253	875.067	-515.718	217.027	18.302	3.220.183

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	1.522.753	1.176.038
7.01.01	Intermediação Financeira	946.193	670.288
7.01.02	Prestação de Serviços	224.078	236.771
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-121.393	-86.261
7.01.04	Outras	473.875	355.240
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-513.231	-347.509
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-299.158	-231.065
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-9.956	-9.024
7.03.02	Serviços de Terceiros	-57.286	-42.119
7.03.04	Outros	-231.916	-179.922
7.04	Valor Adicionado Bruto	710.364	597.464
7.05	Retenções	-11.409	-13.175
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.409	-13.175
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	698.955	584.289
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	698.955	584.289
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	698.955	584.289
7.09.01	Pessoal	138.913	131.807
7.09.01.01	Remuneração Direta	101.582	100.677
7.09.01.02	Benefícios	25.865	22.709
7.09.01.03	F.G.T.S.	11.466	8.421
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	268.309	231.451
7.09.02.01	Federais	263.981	227.231
7.09.02.02	Estaduais	5	5
7.09.02.03	Municipais	4.323	4.215
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	5.046	4.182
7.09.03.01	Aluguéis	5.046	4.182
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	286.687	216.849
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	286.687	216.849



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1T23



Sumário

Carta ao Leitor	03
Panorama Econômico	04
Atuação na Pandemia	04
Estratégia Corporativa	05
Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)	06
Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo Banco para atender Interesse Público	08
Governança Corporativa	09
Desempenho Econômico-Financeiro	10
Desempenho Operacional	12
Gestão de Capital	19
Ações BAZA3	19
Auditoria Interna	19
Gestão da Integridade	20
Controles Internos	20
Gestão de Riscos	21
Segurança Corporativa	21
Rede de Atendimento	22
Canais de Atendimento	23
Tecnologia da Informação (TI)	24
Gestão de Pessoas	25
Auditoria Independente	26
Agradecimentos	26

Senhores (as) Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S/A., referentes ao 1T23.

Destacamos que alcançamos um lucro líquido de R\$ 286,7 milhões neste período. Este resultado demonstra a solidez e a capacidade da nossa instituição financeira em manter-se forte mesmo em meio a um cenário econômico desafiador.

Outro ponto importante a destacar é o crescimento de 33,2% no microcrédito em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado demonstra o comprometimento do Banco da Amazônia em fomentar o desenvolvimento da região amazônica, oferecendo crédito acessíveis para pequenos empreendedores.

Continuamos investindo em infraestrutura e no agronegócio, setores essenciais para a economia regional, e ampliando nossa atuação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É nosso dever contribuir para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, e o Banco da Amazônia tem papel fundamental nesse processo.

Por fim, reforçamos a importância do Banco da Amazônia para a região, atuando como um agente de desenvolvimento econômico e social, comprometido com a geração de emprego e renda, a preservação ambiental e a promoção da inclusão financeira.

Seguiremos trabalhando com afino e dedicação para atender às expectativas de nossos clientes e da sociedade em geral.

R\$ 286,7 Mi

Lucro Líquido

 **32,2%**
1T23/1T22

R\$ 5,2 Bi

Patrimônio Líquido

 **60,1%**
1T23/1T22

ROE* 23,69%

 **-5,8p.p**
1T23/1T22

* O ROE consiste no retorno total do Lucro Líquido em relação ao Patrimônio Líquido do exercício anterior, conforme indicador aprovado na SEST.



Panorama Econômico

No contexto global, a economia mundial no 1T23 foi marcada por um cenário de alta inflação, juros em processo de elevação e desaquecimento do nível de atividade nas principais economias (EUA, União Europeia e China). Uma nova fonte de preocupação surgiu com a quebra de bancos regionais nos Estados Unidos, ocasionadas pelo aumento de juros, seguida de dificuldades em bancos da Suíça, que impactaram a confiança dos agentes econômicos e a estabilidade financeira global. Contudo, o problema no sistema financeiro global tem sido contornado e não impediu os bancos centrais de Estados Unidos e Europa de continuar aumentando suas taxas básicas de juros para conter as pressões inflacionárias de um mercado de trabalho ainda aquecido. Na China, o governo reduziu a projeção de crescimento para 5%, a menor taxa dos últimos anos, com o país ainda sentido os efeitos da pandemia de Covid-19. A projeção do Fundo Monetário Nacional (FMI), é de que o crescimento global desacelere para 2,9% em 2023.

No âmbito nacional, a atividade econômica também mostrou sinais de arrefecimento no 1T23, refletindo a piora do cenário externo, as incertezas políticas e fiscais, e os impactos da manutenção da taxa real de juros brasileira em 8%, que desestimula a concessão de crédito e os investimentos produtivos. O mercado de trabalho apresentou estabilidade da taxa de desemprego e leve aceleração da taxa de desocupação, apesar do aumento dos rendimentos médios e da massa salarial. A inflação acumulada em 2023 desacelerou com os efeitos da política monetária restritiva, encerrando o trimestre em 4,65%, influenciada principalmente pelo aumento do preço da gasolina. O endividamento das empresas, das famílias e a taxa de inadimplência do sistema financeiro cresceram sistematicamente, aumentando os riscos e maior seletividade das instituições financeiras nas concessões de crédito.

Considerando a conjuntura atual, revisadas as projeções, estima-se que a economia brasileira crescerá 1,2% em 2023 e 1,5% em 2024. A agricultura será a grande responsável por esse desempenho, em virtude da estimativa recorde das produções de soja, milho e arroz. Por outro lado, as reformas tributárias e o novo arcabouço fiscal podem aumentar essas taxas de crescimento por meio da elevação da produtividade dos fatores de produção (capital e trabalho).

Na Amazônia Legal, os indicadores setoriais revelam resultados equivalentes aos que foram mensurados a nível nacional. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), o saldo das operações de crédito da região norte segue em processo de desaceleração e a taxa de inadimplência aumentou de 2,07% em fevereiro de 2022 para 3,56% no mesmo mês de 2023. No acumulado do primeiro trimestre de 2023 as exportações diminuíram 12% e as importações aumentaram 9%, resultando em uma queda de 41% no saldo comercial, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Em janeiro de 2023, conforme dados compilados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume do comércio varejista cresceu no Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. No entanto, houve queda em Rondônia e Tocantins.



Atuação na Pandemia

O BASA vem adotando o modelo de teletrabalho (*home office*) para garantir a continuidade dos serviços e preservar a saúde dos empregados, pois diante do avanço dos casos de COVID-19, uma das estratégias foi adequar os modelos de gestão e de trabalho de algumas atividades, inclusive relacionadas ao negócio.

O avanço da vacinação e a redução dos casos de COVID-19 nos Estados que o Banco possui agências, possibilitou o retorno de forma gradativa dos empregados para as atividades presenciais, que iniciou em setembro de 2021.



Estratégia Corporativa

Com foco no planejamento estratégico 2023-2030, o Banco da Amazônia tem em sua lista 10 projetos estratégicos previstos para o primeiro trimestre de 2023, que são: Agência de Negócios, Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Implantação da Política e Controles de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), Implantação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), Implantação de Programa de Gestão Antifraude e Anticorrupção, Implantação de novo modelo de atuação no Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), Sistematização dos Dados Gerenciais, Instrumentos Financeiros - Res. CMN 4.966/2021 e Reestruturação de Centrais.

Esses projetos visam melhorar a gestão do Banco da Amazônia e promover o desenvolvimento econômico e social dos sete estados da região Norte, de forma eficiente e sustentável.

Para garantir a efetividade dos projetos e superar os desafios, o Banco da Amazônia precisa adotar uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo todas as áreas da instituição e também os clientes e parceiros. É necessário também investir em capacitação e treinamento das equipes, para que esteja preparada para lidar com as mudanças e desafios que surgirem ao longo do caminho. Além disso, é importante estabelecer indicadores de desempenho e monitorar os resultados de forma constante, para garantir que os projetos estejam alinhados com os objetivos estratégicos e que estejam gerando impactos positivos para a instituição. Com uma abordagem integrada e uma gestão eficiente, o Banco da Amazônia pode enfrentar os desafios e alcançar os objetivos estabelecidos em seu planejamento estratégico.

Por fim, o Banco da Amazônia deve estar atento às mudanças do mercado e às novas tecnologias, buscando sempre inovar e aprimorar seus processos e serviços para oferecer uma experiência cada vez melhor à sociedade, a seus clientes, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social da região Norte.



Em fevereiro de 2023 o Banco da Amazônia aprovou o Plano Estratégico 2023-2030 e, para fins de alinhamento estratégico, também foi realizada a revisão do Plano de Negócios 2023.

O planejamento estratégico 2023-2030 é importante instrumento de gestão, que contribuirá para o cumprimento da nossa missão institucional e impulsionar os resultados operacionais e financeiros nos próximos anos.

O PE 2023-2030 traz dentre suas novidades:

- Atualização da Visão do Banco;
- Inclusão de um novo Objetivo estratégico, e seus respectivos indicadores e;
- Projeção de resultado dos indicadores estratégicos em curto, médio e longo prazo.



Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)



Com o objetivo de implementar sua agenda ASG e em conformidade com seu compromisso na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que o Basa mantém tanto em seu Planejamento Estratégico quanto em sua Agenda ASG, destacamos alguns avanços que o Banco obteve ao longo deste 1T23, nos indicadores da perspectiva Ambiental.

Inicialmente destacamos a análise socioambiental no crédito. A avaliação de Risco Socioambiental segue as diretrizes estabelecidas nas políticas de crédito do Banco, considerando a sua atuação na Amazônia o Banco vem trabalhando para aumentar controles no sentido de mitigar os riscos relacionados a danos socioambientais nas atividades que financia.

Para o Risco de natureza Ambiental, Social e Climática o BASA mantém procedimentos que são acionados em conformidade com o volume da operação e seu tipo. A primeira verificação é realizada pelo Sistema de georreferenciamento que observa com rigor orientações constante em nossas políticas de crédito, além de outras estabelecidas por órgãos reguladores, e que auxilia na redução dos riscos na aplicação de crédito.

No 1T22, foram analisadas 3.284 operações, totalizando R\$ 1,0 bilhão em recursos investidos. Já no 1T23 2023, foram analisadas 3.156 operações, totalizando R\$ 1,4 bilhão em recursos investidos, crescimento de 33,7% entre os períodos. Esses dados mostram um aumento significativo no volume de recursos investidos em operações que passaram pela análise socioambiental do Banco.

Dessa forma, o BASA segue comprometido em realizar suas operações de crédito de forma responsável e sustentável, avaliando criteriosamente os riscos de natureza socioambiental envolvidos em cada operação

Além disso, o Banco renovou seu selo de sustentabilidade tesouro verde. O selo funciona através do mecanismo de cotas de retribuição, onde o Banco investe recursos em áreas de preservação na proporção direta dos impactos das atividades de seu edifício sede. Para o ano de 2023 o Banco adquiriu cerca de 630 Unidades de Crédito de Sustentabilidade, a serem convertidos em recursos para preservação de áreas conservação e ampliação de floresta/vegetação nativa. O Selo adquirido pelo BASA, para o período de 2023, corresponde a:



Destacamos que a aquisição do Selo está relacionada com o alcance dos ODS:



Além das linhas verdes de financiamento que possuem alinhamento com a perspectiva social da Agenda ASG do BASA, destaca-se o desembolso de R\$ 295,0 mil reais para projetos de pesquisa, contemplados no edital de 2022, e que estão alinhados a Missão Institucional e ao Planejamento Estratégico do BASA. O recurso foi desembolsado para instituições de pesquisa localizadas em toda a Amazônia Legal. Os projetos tiveram início em janeiro/2023 e com o desembolso deste primeiro recurso as pesquisas entrarão em fase de acompanhamento da execução por parte do Banco.

O Banco da Amazônia vem trabalhando ao longo dos anos para consolidar na região um modelo de negócio que considere as especificidades da Amazônia. Não é uma tarefa simples, trata-se de um dos biomas mais ricos com uma extensão que cobre não só a metade do território nacional, como se estende por outros países.

Desta forma, a sustentabilidade presente em sua missão, visão e valores materializa-se cotidianamente em ações voltadas ao público interno, e através de linhas e programas de financiamento voltadas ao público externo e que possuem em suas regras o compromisso com o desenvolvimento da região pautado no respeito aos nossos clientes e nossa cultura.

Neste 1T23, além de ter renovado o selo de sustentabilidade Tesouro Verde, reafirmando seu compromisso com a redução dos impactos diretos de suas atividades, o Banco da Amazônia iniciou o trabalho para certificação de suas unidades (rede de atendimento e superintendências) através do Programa Unidade Verde.

Outro destaque é que o Banco da Amazônia assinou neste início de ano o contrato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) um órgão das Nações Unidas (ONU) que tem por objetivo promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza. O Banco vai participar, como instituição financeira credenciada, do Programa Floresta +, o Programa efetuará pagamentos a proprietários de áreas de reserva/preservação, com o objetivo de conservar remanescentes de vegetação nativa adicionais aos requisitos legais, e para proprietários de áreas a serem recuperadas, visando a recuperação de áreas de floresta. O programa terá a duração de 4 anos ao todo cerca de R\$ 310,0 milhões de reais serão investidos em recursos que se pretende alcançar cerca de 110 mil beneficiários.

Outros Resultados da Agenda ASG



Programa Verde

R\$ 1,1 Bilhão



Agricultura Familiar

R\$ 139,7 Milhões



Microcrédito

R\$ 65,3 Milhões



Pequenos Portes

R\$ 1,1 Bilhão



MPEI

R\$ 163,5 Milhões



Municípios de Baixa e Média Renda

R\$ 677,5 Milhões



Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo Banco para atender Interesse Público

A Constituição de 1988 trouxe mudanças, em grande parte, à nova dimensão política que passou a dar tratamento especial aos desequilíbrios regionais, bem como a intensa e inédita participação dos mais variados segmentos sociais na sua elaboração, indicando um longo processo de fortalecimento da democracia brasileira.

Para mitigar as grandes desigualdades regionais do Brasil foram criados os Fundos Constitucionais pela Lei nº.7.827, de 27 de setembro de 1989. Em especial, o FNO, tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais. Referida Lei regulamenta que os recursos do Fundo estejam voltados ao financiamento dos setores produtivos da indústria, agroindústria, agropecuária, turismo, comércio e prestação de serviços, inovação, tecnologia e produtos essenciais da biodiversidade, seguidos pelo apoio à infraestrutura econômica da região, com projetos voltados à logística e saneamento. O capital humano também é financiado, através da Lei nº. 13.530/2017, por meio do Programa FNO FIES.

Para a continuidade do ciclo econômico, os recursos do FNO são retroalimentados pelos retornos e resultados de suas próprias aplicações, remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados e disponibilidade de exercícios anteriores.

Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, elaborados pelo BASA, seguindo as diretrizes e orientações gerais do MDR e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento.

A área de atuação do FNO compreende uma extensa e desafiadora área territorial composta pelos sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Visando reduzir os problemas ocasionados pelas grandes disparidades espaciais, o BASA utiliza a ação do FNO Itinerante para “divulgação dos instrumentos financeiros da PNDR e a oportunidade de financiamento”, em conjunto com parceiros institucionais, constituindo uma ação estratégica fundamental para cobertura dos 450 municípios dessa região, elegíveis as áreas mais longínquas, ou onde não haja unidade física do Banco ou ainda que apresentem baixo volume de contratação nos últimos anos, com foco nos tomadores com faturamento bruto anual de até R\$ 16 milhões.

Na condição de administrador dos recursos do FNO, o BASA efetua operações que atendem prioritariamente aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro, pequenos empreendedores, microempreendedores individuais e agricultura de base familiar).

Assim, o FNO se apresenta como instrumento fundamental na implementação das políticas públicas guiado pelas diretrizes do MDR e SUDAM, colocando a Região Norte na rota do desenvolvimento, atendendo desse modo, ao objetivo principal de desenvolvimento do país, na redução da pobreza e das desigualdades regionais.

As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta provisões para as garantias financeiras prestadas).



Governança Corporativa

O BASA possui uma estrutura de Governança Corporativa que atende às melhores práticas de mercado.

O Conselho de Administração do BASA é composto por 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) indicados pelo Ministério da Fazenda; 1 (um) representante dos empregados, 1 (um) representante dos acionistas minoritários e o Presidente do Banco. Na atual composição, destaque para a qualidade e independência de seus membros, onde o Banco possui 3 (três) de seus membros independentes, todos com larga experiência profissional e com uma ampla atuação em conselhos de administração e conselhos fiscais de empresas públicas e privadas.

Também há Comitê de Auditoria (COAUD) independente e técnico, todos com entendimento em auditoria e contabilidade, além de que a presidente do Comitê de Pessoas foi selecionada por processo conduzido pelo Conselho de Administração.

No 1T23, foram realizadas 16 Reuniões da Diretoria Executiva e 06 reuniões do Conselho de Administração, destas, 16 (dezesesseis) foram reuniões ordinárias e 06 (seis) reuniões extraordinárias, de forma virtual e presencial.

Destacamos as principais de decisões no 1T23:

- Aprovação do Plano Estratégico para o período 2023-2030;
- Aprovação da Revisão do Plano de Negócios para 2023;
- Aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia referentes ao exercício de 2022;
- Aprovação da proposta de distribuição do Resultado do exercício de 2022;
- Aprovação do Relatório da Administração referente ao exercício de 2022;
- Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referentes ao exercício de 2022;
- Aprovação do Planejamento Anual da Corregedoria para o exercício 2023;
- Aprovação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) referente ao exercício 2022;
- Aprovação da atualização da Política de Terceirização dos Serviços Jurídicos;
- Aprovação da atualização da Política para o Regime de Alçadas, para normatização do Fluxo e de Alçadas para Análise das Cartas Consultas;



Desempenho Econômico-Financeiro

Resultados

No 1T23 o lucro líquido totalizou R\$ 286,7 milhões, variação de 32,2% em relação ao mesmo 1T22. É o maior resultado alcançado pelo Banco para o período.

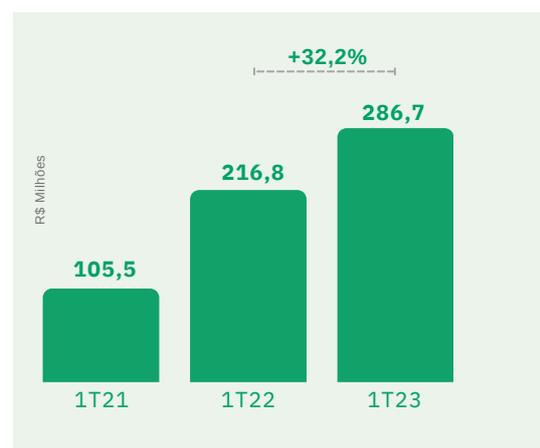
Esse desempenho positivo pode ser atribuído a diversos fatores, como expansão da carteira de crédito e de investimentos, a melhoria na eficiência operacional e a atuação em setores estratégicos para a região amazônica. Além disso, o Banco da Amazônia tem se beneficiado do cenário econômico favorável, com uma retomada gradual da economia brasileira e a expectativa de aumento dos investimentos no Norte do país.

É importante destacar que o Banco da Amazônia é uma instituição financeira voltada para o desenvolvimento regional, com um papel fundamental no fomento à economia e à inclusão social na região amazônica. Nesse sentido, os resultados apresentados pelo banco podem ser interpretados como um indicador de sua capacidade de cumprir essa missão institucional de forma eficiente e sustentável, confiante para o desenvolvimento econômico e social da região.

R\$ 286,7 Mi

Lucro Líquido

▲ 32,2%
1T23/1T22



R\$ Mil	1T23	1T22	▲
Receitas da Intermediação Financeira	946.193	670.288	41,2%
Despesas da Intermediação Financeira	(634.624)	(433.770)	46,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	311.569	236.518	31,7%
Outras Receitas Operacionais	697.789	591.854	17,9%
Outras Despesas Operacionais	(324.513)	(318.289)	2,0%
Despesas de Provisões	(210.720)	(129.817)	62,3%
Resultado Operacional	474.125	380.266	24,7%
Resultado Não Operacional	163	155	5,2%
Resultado Antes dos Tributos e Participações	474.288	380.421	24,7%
Tributos sobre o Lucro	(187.601)	(163.572)	14,7%
Lucro Líquido	286.687	216.849	32,2%
Lucro por Ação	5,11409	7,31464	-30,1%

As receitas da intermediação financeira tiveram um aumento significativo de 41,2%, totalizando R\$ 946,2 milhões, em grande parte devido ao crescimento tanto das operações de crédito quanto do resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM).

As despesas da intermediação financeira também aumentaram em 46,3%, chegando a R\$ 634,6 milhões, principalmente devido ao aumento das operações de captação no mercado e operações de empréstimos e repasses.

O resultado bruto da intermediação financeira apresentou um aumento de 31,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 311,6 milhões.

As outras receitas operacionais também tiveram um aumento de 17,9%, totalizando R\$ 697,8 milhões, sendo a maior parte dessas receitas oriundas de receitas de prestação de serviços e del credere FNO.

As outras despesas operacionais tiveram um aumento de apenas 2,0%, totalizando R\$ 324,5 milhões, sendo que a maior parte das despesas foi referente às despesas com pessoal e administrativas.

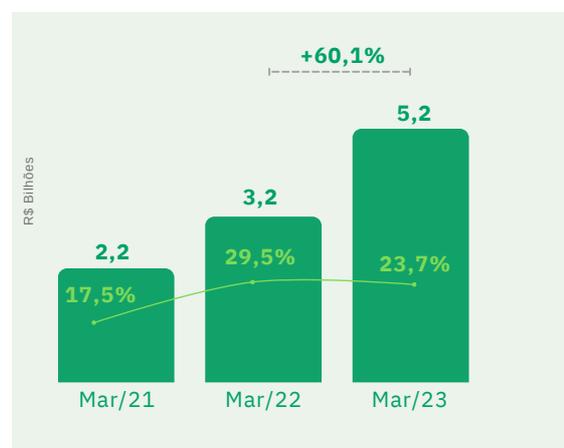
O resultado operacional apresentou um aumento de 24,7%, totalizando R\$ 474,1 milhões, em grande parte devido aos aumentos das receitas e dos resultados da intermediação financeira.

O lucro líquido apresentou um aumento de 32,2%, totalizando R\$ 286,7 milhões, sendo que o lucro por ação básico diluído em reais teve uma queda de 30,1%, isso pode ser explicado pelo aumento no número de ações decorrente ao aumento de capital ocorrido no 3T22.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco apresentou um expressivo aumento no 1T23, em relação ao 1T22, passando de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 5,2 bilhões, o que representa um crescimento de mais de 60,1%. Esse aumento foi decorrente da capitalização realizada em 2022, o que contribuiu significativamente para o fortalecimento financeiro da instituição.

Esse crescimento é um indicativo da solidez e da saúde financeira do Banco da Amazônia, pois o patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos da instituição financeira após o pagamento de todas as suas obrigações.



O ROE apresentou uma queda no período, passando de 29,45% no 1T22 para 23,69% no 1T23. No entanto, o ROE ainda está em patamares elevados, indicando a capacidade do Banco de gerar lucro a partir dos recursos investidos pelos acionistas.

* O ROE consiste no retorno total do Lucro Líquido em relação ao Patrimônio Líquido do exercício anterior, conforme indicador aprovado na SEST.

Eficiência Operacional

Mantemos uma gestão responsável e eficiente, visando à sustentabilidade das operações.

46,52%

Índice de Eficiência Operacional

No 1T23, o índice de eficiência operacional (IEO) se manteve estável em relação ao mesmo período de 2022, com uma leve variação de 0,15p.p. O IEO indica a eficiência da empresa em controlar suas despesas operacionais em relação à sua receita operacional líquida (ROL).

Apesar do aumento de 4,99% nas despesas com pessoal, 36,81% em outras despesas administrativas aumentaram em 36,81%, a receita operacional líquida aumentou em 13,18%, passando de R\$ 473,3 no 1T22 para R\$ 535,6 no 1T23. O resultado bruto da intermediação financeira teve um aumento de 31,71%, passando de R\$ 236,5 no 1T22 para R\$ 311,6 no 1T23.

O Banco tem conseguido controlar suas despesas operacionais, apesar do aumento nas despesas com pessoal e outras despesas administrativas. O aumento na receita operacional líquida e no resultado bruto da intermediação financeira indicam um desempenho positivo no período.



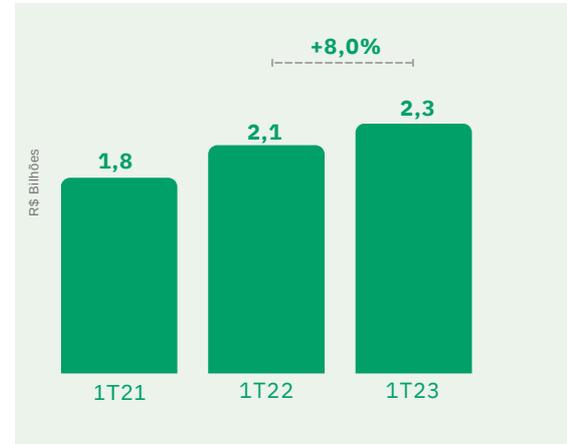
Desempenho Operacional

Crédito de Fomento

R\$ 2,3 Bi

Fomento Contratado

Ao final do 1T23, alcançamos R\$ 2,3 bilhões em contratações, incremento de 8,0% em relação ao ao mesmo período de 2022, quando foi contratado R\$ 2,1 bilhões. Os financiamentos concedidos, contemplaram empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores, promovendo assim a redução das desigualdades e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social na Região Amazônica.



R\$ 1,6 Bi

Aplicados no Agronegócio

Ao final do 1T23, o setor do agronegócio demandou R\$ 1,6 bilhão, decremento de 4,1% em relação ao 1T22. Os financiamentos de custeio registraram R\$ 1,2 bilhão no 1T23, contra R\$ 889,2 milhões no 1T22, resultando crescimento de 30,9%, Indicando um aumento na demanda por crédito de curto prazo por parte dos agricultores. Em contrapartida, os financiamentos de investimento reduziram 41,3%, registrando ao final do 1T23, R\$ 483,8 milhões, contra R\$ 823,6 milhões no 1T22.



R\$ 1,8 Bi

Fomento Liberado

No 1T23 foram desembolsados R\$ 1,8 bilhão, decremento de 20,4% em relação ao mesmo período de 2022, quando foi desembolsado R\$ 2,3 bilhões. Os desembolsos direcionados a Pessoa Física atingiu 1,3 bilhão, enquanto Pessoa Jurídica atingiram 500 milhões.

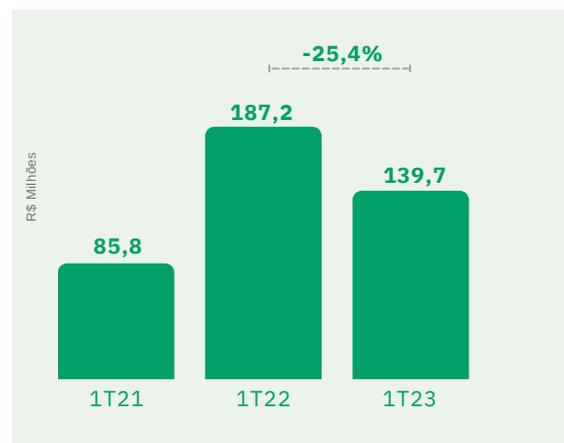
PRONAF

R\$139,7 Mi

O BASA, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural.

Os financiamentos direcionados ao PRONAF alcançaram R\$ 139,7 milhões no 1T23, beneficiando 4.059 clientes.

Pelo BASA Digital, o Banco aplicou no 1T23 R\$ 50,3 milhões, o que representa 36,0% do total financiado ao PRONAF.



Infraestrutura

R\$274,9 Mi

Em Infraestrutura

Em conformidade com os projetos de infraestrutura indicados pelo governo federal como prioritários, registrados no âmbito do PPI - Programa de Parcerias e Investimentos, entre os setores apoiados pelo BASA no 1T23, estão sendo priorizados os setores com maior impacto socioeconômico, dentre os quais destacamos: Energia, Logística, Saneamento e Telecomunicações.

No 1T23, financiamos R\$ 274,9 milhões no setor de Transmissão de Energia Elétrica.

FNO - Fundo Constitucional do Norte

R\$ 2,0 Bi

Aplicados através do FNO

6.301

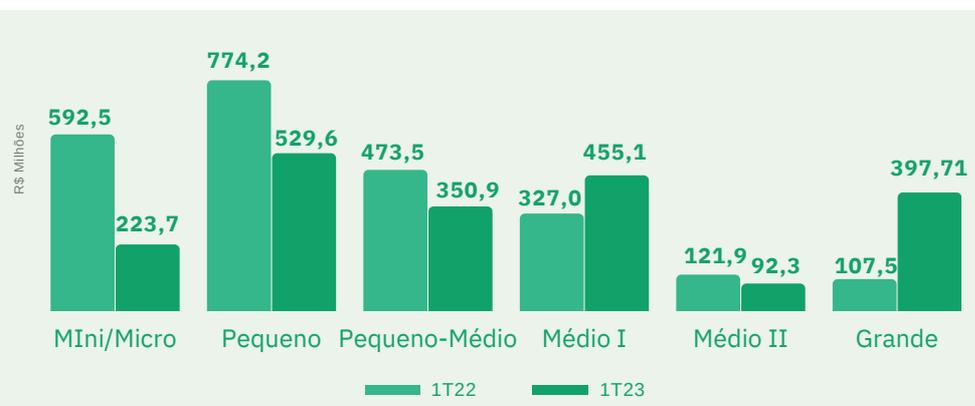
contratos

FNO, compromisso com o desenvolvimento da região.

Destacam-se as contratações realizadas pelo Banco no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que é o principal funding da Instituição. Em comparação com o 1T22, os financiamentos contratados do FNO apresentaram um aumento de cerca de 4,6%. No 1T23, foram aplicados R\$ 2,0 bilhões por meio do FNO, distribuídos em 6.301 operações.



Em atendimento às diretrizes do FNO, aplicamos 53,9% do volume total do FNO aos pequenos portes de beneficiários, direcionando R\$ 1,1 bilhão, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento da região.



R\$ 1,1 Bi

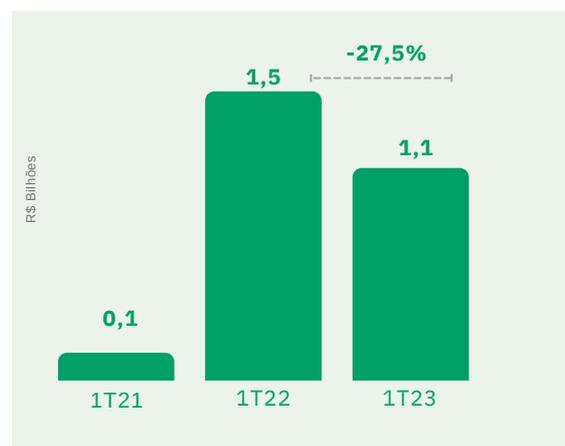
Destinado aos pequenos portes

R\$ 1,1 Bi

Aplicado em Linhas Verdes

O BASA transforma os empreendimentos por meio da indução de práticas sustentáveis nos financiamentos, que vão além de exigências legais e são necessárias para preservar o futuro da Amazônia.

As linhas verdes, contam com o Fundo Constitucional do Norte-FNO, e contemplam todos os tipos de projetos que tenham, como foco a indução e promoção ao desenvolvimento sustentável da região Amazônica, que reforçam nossa atuação estratégica e compromisso.



Financiamos R\$ 1,1 bilhão, para as linhas do FNO Verde, o que representa 52,8% das operações contratadas do FNO. O crescimento dos créditos voltados para linhas verdes demonstra a conscientização dos agentes dos setores produtivos em investir em itens ecologicamente sustentáveis e processos produtivos mais limpos, preservando o meio ambiente.

O BASA é o agente operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais.

Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, elaborados pelo BASA, seguindo as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integral e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Os municípios integrantes da Faixa de Fronteira da Região Norte, que se constituem em áreas prioritárias da PNDR para financiamentos do FNO, receberam atenção especial na concessão do crédito no 1T23, com valor total de R\$ 677,5 milhões, sendo contratadas 2.136 operações de crédito.

Os municípios de baixa e média renda tiveram financiamentos no montante de R\$ 1,6 Bilhão.

Repasses do FNO

Conforme o artigo 9º da Lei nº 7.827/1989 os Bancos administradores poderão repassar recursos dos fundos constitucionais de financiamento a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.

O BASA, no 1T23, através de convênios, repassou o valor de R\$ 19,0 milhões.

Microcrédito

R\$65,3 Mi

Aplicados ao MPO

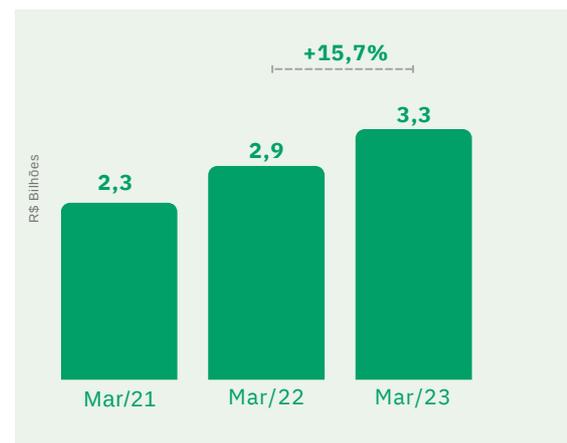
O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Amazônia Florescer, em parceria com a Associação de Apoio à Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), tem atendido com sucesso empreendedores populares urbanos e agricultores familiares na área rural. O programa realiza visitas aos locais onde esses empreendedores desenvolvem suas atividades, envia propostas de crédito ao BASA e realiza acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança.

No 1T23, houve um significativo aumento no valor dos financiamentos concedidos pelo Programa Microcrédito Produtivo Orientado em comparação com o mesmo período do ano anterior. O valor total dos financiamentos concedidos no 1T22 foi de R\$ 49,0 milhões, enquanto no 1T23 esse valor aumentou para R\$ 65,3 milhões, representando um crescimento de 33,2%. Esse aumento foi resultado das melhorias implementadas nos processos, políticas de crédito e na plataforma digital do programa, bem como da implantação de mais unidades de microfinanças no estado do Pará.

O Programa Microcrédito Produtivo Orientado tem como objetivo fornecer recursos financeiros para empreendedores de pequenos negócios que não têm acesso ao crédito convencional, contribuindo para o desenvolvimento da economia local. O Programa Amazônia Florescer Urbano apresentou um crescimento de 36,3%, no 1T23 em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 63,3 milhões em financiamentos concedidos. Enquanto isso, o Programa Amazônia Florescer Rural apresentou uma diminuição de 22,9% no 1T23 em relação ao 1T22, com um total de R\$ 2,0 milhões concedidos neste trimestre, em comparação com os R\$ 2,5 milhões concedidos no mesmo período do ano anterior.

Crédito Comercial

A carteira comercial encerrou o 1T23 com saldo de R\$ 3,3 bilhões, crescimento de 15,7%, em comparação ao 1T22 que foi de R\$ 2,9 bilhões. Ampliação decorrente de campanhas para expansão do volume em nossas principais linhas da carteira comercial. O outro fator para evolução da carteira foi ampliação das aplicações de crédito do PRONAMPE direcionado às micro, pequenas e médias empresas.



MPEI

Concedemos no 1T23 mais de R\$ 153,5 milhões em crédito às micro e pequenas empresas e Microempreendedores Individual. Esses investimentos representam apoio aos pequenos negócios e o compromisso com o desenvolvimento da Amazônia.

R\$153,5 Mi

Apoio aos pequenos negócios e o compromisso com o desenvolvimento da Amazônia

Pronampe

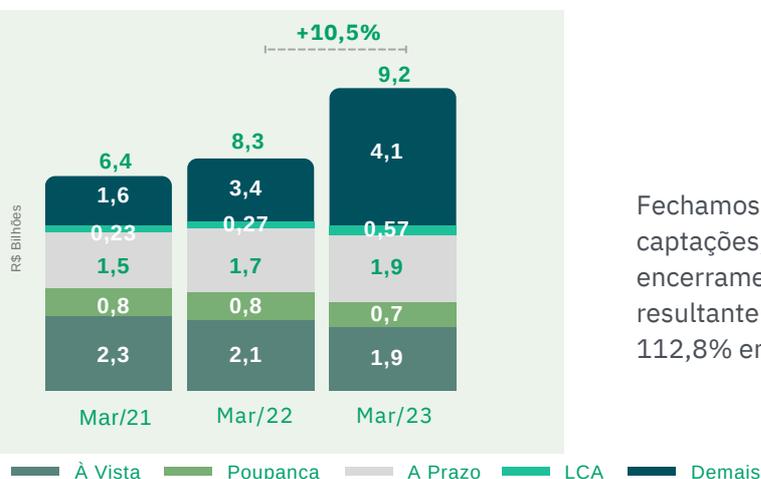
R\$34,0 Mi

Aplicados aos empreendedores e pequenas empresas

Criado em meados de 2020, durante a pandemia, o programa oferece empréstimos para pequenas empresas com juros mais baixos e prazo maior para começar a pagar. Desde sua criação, o PRONAMPE passou por várias mudanças. Em junho/21, o programa tornou-se permanente e, mais recentemente, incluiu microempreendedores individuais (MEI).

No 1T23 injetamos R\$ 34,0 milhões na economia regional, através do PRONAMPE todos os Estados da Amazônia Legal.

Captações



R\$9,2 Bi

Em captações

Fechamos o exercício com o saldo de R\$ 9,2 bilhões, em captações, crescimento de 10,5%, em comparação ao saldo do encerramento do 1T22, que foi de R\$ 8,3 bilhões. Incremento resultante da elevação de 10,6% em depósitos a prazo e 112,8% em LCA.

Recuperação de Crédito

R\$81,1 Mi

No 1T23 recuperamos R\$ 81,1 milhões, crescimento de 5,7% em relação ao 1T22, quando teve volume financeiro recuperado de R\$ 76,7 milhões.



Del Credere



R\$378,3 Mi

O del credere é o spread bancário que o Banco recebe por assumir o risco e cobrir as despesas operacionais, inadimplência e de capital regulamentar. No 1T23 as receitas de del credere atingiram R\$ 378,3 milhões, crescimento de 30,2% em relação ao 1T22, quando as receitas de cel credere atingiram R\$ 290,5 milhões.

Receitas de Tarifas Bancárias

R\$52,1 Mi

As receitas de tarifas bancárias atingiram o volume de R\$ 52,1 milhões no 1T23, crescimento de 19,6% em relação ao 1T22, quando atingiu R\$ 43,5 milhões. Tarifas de Pessoa Física cresceu 17,5%, em relação ao 1T22, atingindo R\$ 32,1 milhões, enquanto no 1T22 fechou em R\$ 27,3 milhões. Tarifas de PJ cresceu 23,3%, em relação ao 1T22.



Despesas Administrativas

R\$251,4 Mi

As Despesas Administrativas no 1T23 cresceram de 10,1% em relação ao 1T22, atingindo R\$ 251,4 milhões, contra R\$ 228,4 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta elevação foi impactada pelo aumento de 4,9% nas despesas de pessoal em função do incremento salarial ocorrido na data base de set/22, e 22,2% de Outras Despesas Administrativas.

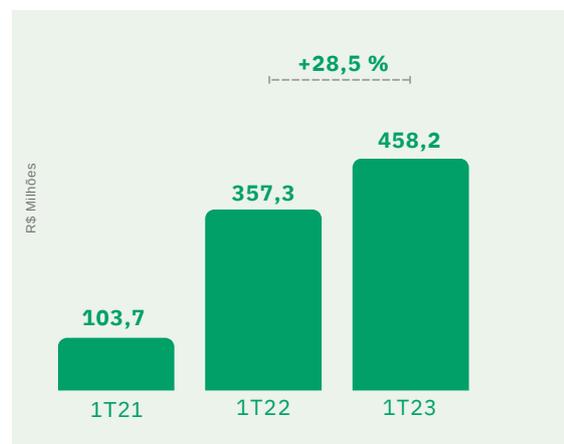


Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

R\$458,2 Mi

O resultado da Carteira de Tesouraria avançou 28,5%. Observou-se incremento nas receitas, principalmente nas rendas de títulos de renda fixa.

O crescimento em renda fixa foi favorecido pela elevação da taxa Selic/CDI (3,25% no1T23 e 2,43% no 1T22), impactando principalmente os títulos LFTs, LFs e Debêntures. No que se refere ao saldo da Carteira (CTVM), houve crescimento de 17,5%, com incremento de cerca de 50% no volume de LFTs.



Carteira de Crédito

A carteira de crédito ativa do Banco (inclusive FNO) cresceu de forma expressiva entre o 1T22 e 1T23, atingindo um saldo de R\$ 50,0 bilhões no final do 1T23, um aumento de 13,98% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o saldo era de R\$ 43,8 bilhões.

A maior variação percentual foi observada no setor de Agronegócio, que registrou um aumento de 17,2%, seguido pelo setor de Infraestrutura, com um aumento de 14,3%. Além disso, é importante destacar o aumento da carteira de crédito na Agroindústria, Coml & Serv e Agrobeneficiamento.

Esses números evidenciam a confiança dos nossos clientes no Banco, assim como nossa capacidade de atender suas necessidades financeiras. Estamos orgulhosos em contribuir para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento do país, mantendo um compromisso firme com a qualidade e a excelência no atendimento.

Inadimplência abaixo do SFN

A inadimplência da carteira de crédito do Banco da Amazônia teve uma queda significativa, passando de 1,59% em março de 2022 para 1,42% em março de 2023, enquanto a média do Sistema Financeiro Nacional registrou 3,33% no mesmo período. A carteira de PF apresentou uma redução expressiva, de 2,13% para 1,11%, enquanto Já a carteira de PJ registrou um aumento na inadimplência, de 1,59% em março de 2022 para 1,79% em março de 2023. Mesmo assim, o Banco mantém a inadimplência abaixo da média do mercado em ambos os segmentos.



Gestão de Capital

O BASA faz a gestão do seu capital regulamentar com base nas diretrizes do acordo de Basileia III, cuja estrutura atende ao previsto na Resolução BACEN 4557/2017. Possui Plano de Capital com prospecção de três anos para subsidiar a manutenção do capital nos níveis desejáveis.

Ao final do 1º Trimestre de 2023, o Patrimônio de Referência alcançou R\$ 4,9 bilhões, um crescimento de 25,64%, quando comparado ao mesmo período de 2022 (R\$ 3,9 bilhões). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 24,4% em relação ao ano anterior, saindo de R\$ 31,2 bilhões (Mar/2022) para R\$ 38,7 bilhões (Mar/2023). Estas variações nos componentes de capital mantiveram os índices de adequação do capital em patamar superior à exigência legal, tendo apresentado, neste 1T23, Índice de Basileia de 12,83% (12,53% em Mar/2022)



Ações BAZA3

BAZA3 negociadas em todos os pregões da B3 no 1T23

Contamos com uma base de 15.934 acionistas minoritários, sendo 96,5% pessoas físicas (PF) e 3,5% pessoas Jurídicas (PJ).

A cotação de fechamento de março de 2023 ficou em R\$ 70,00, valorizando 41,93% em 2023, tendo como referência o fechamento de 02/01 que foi de R\$ 49,32.

41,93% de valorização em 2023



Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, exerce atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, na condição de terceira linha no processo de gerenciamento de riscos e controles. Suas ações são abrangentes e têm como objetivo aumentar e proteger o valor organizacional.

No 1T23 a AUDIT executou avaliações sobre Gestão de TI; Back Office de Tesouraria; e Comunicação Institucional. Além de manter Consultoria, prestada à Unidade de Correição do Banco (COREG), através da disponibilização de auditores internos para a Facilitação à implantação da Área.

No cumprimento das atividades de relacionamento governamental, a AUDIT protocolou e acompanhou 54 solicitações/demandas de órgãos externos de fiscalização e controle, das quais 45 foram atendidas e 09 encontram-se em prazo de atendimento.



Gestão da Integridade

A Alta Administração do Banco está comprometida com o Programa de Integridade e com o combate às práticas de corrupção. Este compromisso é demonstrado na constituição dos valores da instituição, em que um dos expoentes é o compromisso com a Integridade, ética e transparência, valores que promovem a relação de credibilidade e confiança do Banco com empregados, gestores, clientes, acionistas e sociedade.

No 1T3 a Diretoria Executiva aprovou os Indicadores de Integridade, constituído em cinco perspectivas, sendo: Alta Gestão, Qualificação e Disseminação, Antifraude e Anticorrupção, Ética e PLD/FT. No total, foram definidos 13 indicadores que serão monitorados periodicamente, e servirão de base para manutenção e/ou revisão do Programa de Integridade, bem como, de acompanhamento da evolução da maturidade antifraude e anticorrupção do BASA.

Ainda em fase de implantação, a estrutura que faz Gestão Antifraude e Anticorrupção do Banco foi revista, observando a atuação das unidades envolvidas no processo para fazer gestão dos controles no âmbito da prevenção, detecção, investigação, correição e monitoramento. Esta estrutura fortalece a integridade e proporciona a instituição aprimoramento de sua governança no combate à fraude e corrupção.

Por fim, no que diz respeito a disseminação da cultura, em conjunto com a Comissão de Ética, Gestão de Pessoas e Corregedoria, foi planejado evento alusivo ao Dia Nacional da Ética a ocorrer em maio/2023, com participação da Corregedoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União - TCU. O evento é direcionado aos empregados e alguns convidados externos, presencial e com transmissão remota, abordando temas sobre assédio sexual, assédio moral, conflito de interesse e nepotismo.



Controles Internos

Possuímos uma sólida estrutura de governança e controles internos que coadunam para garantir a consecução dos seus objetivos e que tem proporcionado mecanismo de auxílio para tomadas de decisão e sustentabilidade dos seus resultados. A empresa tem promovido, internamente, disseminação da cultura de controle, integridade e ética.

O BASA possui um Sistema de Controles Internos (SCI) alicerçado no Modelo das três Linhas e alinhado às melhores práticas de mercado, com estrutura de governança sólida, o que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco no aprimoramento dos controles e mitigação de riscos, de acordo com as respectivas competências e responsabilidades.

O conjunto de políticas e normas de procedimentos internos é orientado pelo princípio da transparência e cumprimento das leis, normas e regulamentos afetos ao sistema financeiro nacional, sendo publicadas e disponíveis no sistema de normativos internos a todas as unidades para observância e disseminação dos procedimentos, controles e rotinas.



Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do BASA é consolidada de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe das diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites estabelecidos nos termos da RAS (Risk Appetite Statement) e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

O Banco, classificado no Segmento 3 (S3), na forma da Resolução 4.553/2017, dispõe em sua estrutura de gerenciamento de risco e de capital: Declaração de Apetite por Riscos – RAS, Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade, o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária - IRRBB, Comitê de Riscos e Indicação – CRO - Chief Risk Officer, perante o BACEN.



Segurança Corporativa

Investimento em tecnologia e capacitação buscando aprimorar, cada vez mais, os sistemas de proteção, identificação e correção de vulnerabilidades.

O processo de segurança corporativa tem como objetivo gerir a segurança corporativa do Banco observando os requisitos legais, de controle, buscando a prevenção e mitigação de ameaças com o objetivo de resguardar a integridade das pessoas, das informações, dos ativos físicos e financeiros e da imagem do banco. Para tal, o Banco dispõe de área subordinada à Diretoria de Controle e Risco que atua nos seguintes macro processos: Segurança Bancária e Patrimonial, Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Combate à Ilícitos (antifraudes, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, quebra de sigilo bancário, etc), Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dentre outros processos correlatos.

Dentre as ações realizadas no 1T23 destacamos as seguintes:

Segurança Patrimonial

Sob a ótica de Segurança Patrimonial, foram concluídas as seguintes ações estruturantes:

Upgrade dos cofres inteligentes atualizando-se a tecnologia de autodefesa aplicada;

Integração dos cofres inteligentes com o sistema de monitoramento de segurança, fortalecendo os controles internos afetos;

Upgrade das fechaduras eletrônicas, automatizando digitalmente os controles.

Segurança da Informação e Segurança Cibernética

Sob a ótica de Segurança da Informação, foram concluídas as seguintes ações estruturantes:

Concluído o processo de contratação da ferramenta DLP que têm o objetivo de prevenção de perda de dados detecta possíveis violações de dados / transmissões de extração de dados e evita-os monitorando, detectando e bloqueando dados sensíveis enquanto estiver em uso, em movimento e em repouso. O processo de implantação foi iniciado e tem previsão de conclusão até o dia 30/06/2023.

Iniciado processo de contratação da ferramenta CASB com módulo de proteção cibernética para ambientes de armazenagem em nuvem. Há previsão de contratar a ferramenta no primeiro semestre/2023.

Continuidade de teste de Phishing com o objetivo de verificar preventivamente ameaças através de phishing no ambiente tecnológico do Banco, estações de trabalho, etc. Além disso, continuado programa de disseminação da cultura aos empregados do Banco simulando cenários para melhor consolidação cultural preventiva à Phishing.

Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Foi aprovado junto à Diretoria Executiva o início do processo de contratação de serviços de ferramenta de Privacidade e Proteção de Dados que suportará o processo de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. Ferramenta esta que será um dos principais pilares para gestão e prevenção de vazamentos, tratamentos e descarte de dados pessoais no ambiente tecnológico do Banco, provendo maior governança ao Banco sobre o tema. A contratação da ferramenta está prevista ocorrer até Agosto/2023.

Rede de Atendimento

Presente em todos os 9 Estados da Amazônia Legal

Atuamos nos nove Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. O Banco conta com uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 superintendências com 106 agências tradicionais, 12 agências de negócios e 01 Posto de Atendimento Avançado.



106



Agências tradicionais

12

BASA | NEGÓCIOS



Canais de Atendimento

Sempre atento a evolução do mercado

Sempre atento a evolução do mercado bancário e ao bem-estar, conforto e segurança dos seus clientes e usuários, o BASA ampliou suas alternativas de atendimento eletrônicos, objetivando novas tecnologias para completar as demandas necessárias dos consumidores.

Além da Rede Própria de Atendimento, destacamos os canais de *Mobile* e *Internet Banking* e, ainda, o acesso a rede compartilhada, através dos terminais de autoatendimento do Banco 24 horas, da Rede Saque Pague e ATM 24 hs espalhados por todo o país.

Transações Digitais

A elevação do fluxo de contratações é resultado do investimento contínuo no aperfeiçoamento do processo de captação de clientes por meio dos parceiros de negócio, agentes de crédito, cadastro, análise das propostas de crédito, contratação e liberação. Com um processo mais ágil e dinâmico, o custo operacional é cada vez mais otimizado e conseguimos escalar as contratações para esse nicho de mercado, tornando o BASA mais presente e parceiro do micro e mini produtor.

Podemos observar pelos números apresentados que houve um aumento no número de transações realizadas pelo canal digital do Banco da Amazônia, comparando o 1T22 com o 1T23. No *mobile banking*, houve um aumento de 26,7% e, no *internet banking*, uma redução de 8,9%.

Já no total de transações digitais, considerando a soma de *mobile* e *internet banking*, houve um crescimento de 21,1% no primeiro trimestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Além disso, as transações digitais representaram 48,0% do total de transações realizadas no primeiro trimestre de 2023, demonstrando a importância dos canais digitais para a estratégia do Banco da Amazônia e para a conveniência dos clientes.

1,6 Mi
de transações
pelos canais digitais

48,0%
das transações
processadas são pelos
canais digitais



Tecnologia da Informação (TI)

Nos últimos anos a área de TI tem direcionado esforços na digitalização dos processos do Banco, automatizando tarefas rotineiras trazendo agilidade na execução delas e desenvolvimento de soluções de forma mais eficientes através dos grupos ágeis. Além disso esse trabalho também se estende ao cliente final do Banco, aumentando a gama de produtos e serviços digitais do BASA.

Há grandes investimentos previsto para 2023 como a contratação a solução de Hiperconvergência e solução de Backup com objetivo de modernizar a estrutura de datacenter.

No 1T23 criamos a Solução “Primeiro Acesso” do GT-Automação Bancária, que possibilitará aos clientes efetuar o cadastro de suas credenciais de acesso aos canais Mobile e Internet Banking nos próprios sistemas sem a necessidade de intervenção da agência, além da possibilidade de desbloqueio e troca de senhas de internet com total segurança e facilidade, propiciando assim uma maior autonomia de nossos clientes e diminuindo a necessidade de atendimentos físicos pela rede de agências

Inovações estão em andamento:

Programa de inovação aberta do Banco da Amazônia (Acelera BASA), proposta de interação com aceleradoras e startups em busca de soluções inovadoras.

Contratações das soluções Onboarding de Cliente e Assinatura Digital, que auxiliarão na automatização dos fluxos cadastrais e nos processos de contratação respectivamente, trazendo maior segurança na realização dos negócios, redução de custo operacional nas centrais de cadastro e agências e permitindo a migração do atendimento no balcão para o atendimento 100% digital.

SIGAF, novo sistema para gestão de orçamento, contratos e pagamentos. Trará facilidade confiabilidade e melhor acompanhamento sobre os contratos do Banco, seu orçamento e pagamentos.

Programa de Hiper Automação que atualmente está em modelagem com previsão para iniciar no 2º semestre de 2023. Este programa irá implantar plataforma que suportará a modernização e automatização de processos de negócio do Banco, especialmente Backoffice com foco na melhoria da eficiência operacional da empresa.

Projeto de Big Data and Analytics atualmente está em modelagem com previsão para iniciar no 2º semestre de 2023. Este programa irá implantar uma infraestrutura especializada com ferramental focado em gestão, organização e concentração de dados para geração de valor ao negócio.

Open Finance

O Open Finance busca integrar as informações dos clientes de forma a elevar a qualidade das avaliações qualitativas relacionadas ao processo de crédito, bem como prover ao cliente uma experiência melhor de utilização dos serviços do Banco, uma vez que, de acordo com a vontade do cliente em compartilhar as informações de operações e movimentos financeiros realizados em outras instituições, o ciclo de avaliação de limites, atualização cadastral e acompanhamento dos clientes e respectivo portfólio fica mais célere, bem como eleva a assertividade da oferta de soluções de crédito junto aos clientes.

A etapa atual desse projeto consiste na criação do plano de negócios que será base para criação desse ecossistema de serviços que processará as informações dos clientes, gerando insumos para agrupar as características dos clientes nos produtos disponíveis e adequar cada vez mais a oferta, além de garantir que as informações dos clientes estejam sempre atualizadas.



Gestão de Pessoas

A remuneração é um importante indicador social, pois reflete o valor pago aos funcionários. No 1T23, a maior remuneração registrada foi de R\$ 33.238,80, enquanto a menor remuneração foi de R\$ 3.172,16.

No entanto, é importante também observar a média de remuneração, que foi de R\$ 9.822,76, o que demonstra que a maioria dos funcionários recebe valores próximos da média.

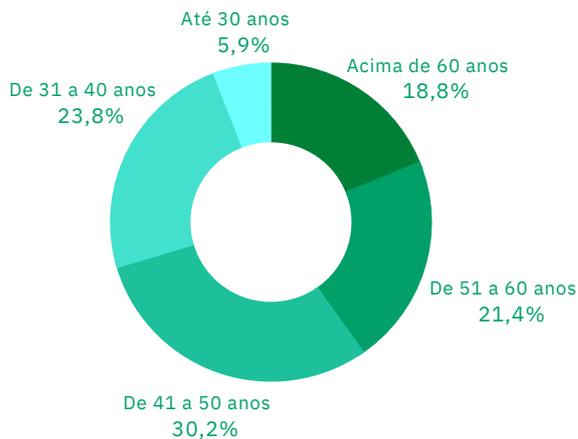
Encerramos o 1T23 com 2.864 empregados ativos, um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, quando eram 2.801 empregados. A maior parte desses funcionários está lotada nas unidades que compõem a Rede de Atendimento, incluindo agências e superintendências.

Do total de empregados, 74% trabalham de forma presencial, 15% em formato híbrido e 11% de forma remota, o que reflete a adaptação do Banco ao modelo de trabalho remoto.

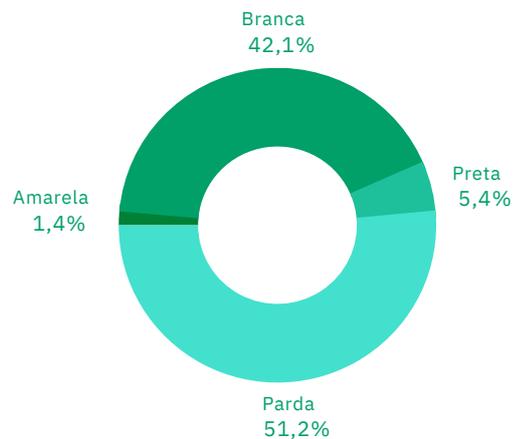
2.864
Empregados



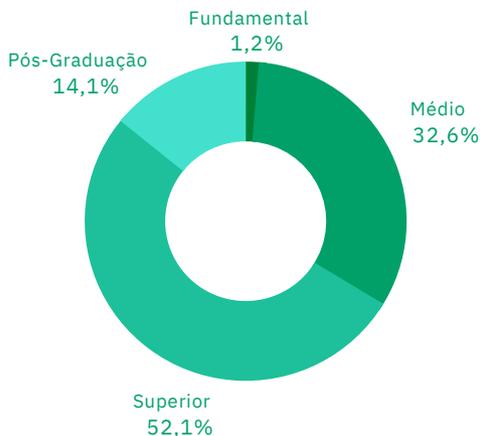
Empregados por Idade



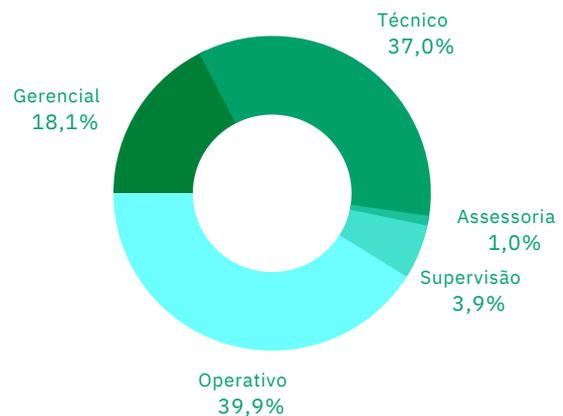
Empregados por Raça



Empregados por Escolaridade



Empregados por Eixo Técnico



Novos Empregados

No 1T23, foram admitidos 19 candidatos de nível médio (Técnicos Bancários), sendo 05 Pessoa com Deficiência (PCD) e 04 candidatos de nível superior (Técnicos Científicos).

23

Novos empregados

05

Contratações de PCD's

Educação

O Banco disponibiliza em seu Portal Educacional 230 cursos organizados em 35 trilhas, Conheça Mais e Certificações Técnicas. As trilhas lançadas mais recente são: Cultura de Dados, Projetos, Excelência no Atendimento, Excelência em Vendas, Carreira: Gestão Pessoas, Saúde no Trabalho, Alta Performance e Videoteca, Performance Agile, Novos Cenários de Negócios, Mindset de Aprendizagem, Produtividade e "Arte da Liderança". Além dos cursos, o Portal tem um ambiente de palestras online.

12.230

**cursos realizados no
Portal Educacional**

Auditoria Independente – PWC

A *PricewaterhouseCoopers* (PWC) Auditores Independentes foi contratada em dezembro de 2022 por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do BASA e do FNO.

O Banco declara que, no 1T23, a PWC Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

Agradecimentos

O BASA agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto operacional
- Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais individuais
- Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
- Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
- Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
- Nota 6 - Títulos e valores mobiliários (TVM)
- Nota 7 - Operações de crédito
- Nota 8 - Outros ativos financeiros e outros ativos
- Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível
- Nota 10 - Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)
- Nota 11 - Obrigações por empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por repasses
- Nota 13 - Outras captações
- Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
- Nota 15 - Patrimônio líquido
- Nota 16 - Tributos
- Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
- Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
- Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros
- Nota 23 - Partes relacionadas
- Nota 24 - Remuneração paga aos empregados e administradores
- Nota 25 - Benefícios a empregados
- Nota 26 - Gerenciamento de riscos e capital
- Nota 27 - Outras informações

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõe a Amazônia legal brasileira e na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às MPEI's.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta as provisões para as garantias financeiras prestadas).

2. Apresentação das informações trimestrais individuais

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações, fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do, Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 4.910/2021 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Deliberação CVM nº 117/2022 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
- Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As informações trimestrais (ITR) foram aprovadas pela Administração em 11 de maio de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (Nota Explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota Explicativa nº 7).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (Nota Explicativa nº 14).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Nota Explicativa nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo "benefício definido" e "contribuição variável", que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de "benefício definido" segundo o Pronunciamento CPC nº 33 (R1).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das informações trimestrais. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, correspondem à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das informações trimestrais. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo irrecuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das informações trimestrais sobre o valor do superávit irrecuperável, também determinado na data das informações trimestrais.

Efeito do teto de ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto do ativo é superávit irrecuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de benefício definido**

Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definidos é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano misto de benefício**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008.

As reavaliações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e as perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Aposentados de responsabilidade do Banco**

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios assistidos.

- **Prev Amazônia**

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na Nota Explicativa nº 25.

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ¹	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ²	25%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2022	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de ago/2022 a dez/2022 ³	21%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 32 e inciso I do art. 36.

⁽²⁾Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽³⁾Período vigente de acordo com a Lei nº 14.446/2022 que trata da alíquota de 21% da CSLL

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- **Método massificado:** processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$ 1.000.
- **Método individualizado:** processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (Nota Explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.b.1).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às informações trimestrais;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve evento subsequente para as informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2023.

q) Uso de estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de riscos e capital: abrange análise de sensibilidade sobre avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento (Nota Explicativa nº 6 – Títulos e valores mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 – Operações de crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 31 de março de 2023 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais (Nota Explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa 27.c.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2023	31.12.2022
Caixa	59.535	64.740
Disponibilidade em Moeda Nacional	50.246	52.910
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	9.289	11.830
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez^(*)	1.169.992	824.991
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.169.992	824.991
Total	1.229.527	889.731

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.03.2023	31.12.2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.521.797	1.112.159
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.169.992	824.991
Letras Financeiras do Tesouro	269.994	199.990
Letras do Tesouro Nacional	399.999	140.000
Notas do Tesouro Nacional	499.999	485.001
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	351.805	287.168
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(17.459)	(17.459)
Total	1.504.338	1.094.700
Circulante	1.504.338	1.094.700
Não Circulante	-	-

A provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$ 17.459 (R\$ 17.459 em 31/12/2022), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cresceram em função, principalmente, do aumento do volume dos títulos de LTNs.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no trimestre, R\$ 50.471 (R\$ 70.292 no 1º trim/2022) e estão registradas como resultado de operações com TVM. O recuo está relacionado à redução nas operações compromissadas entre os primeiros trimestres de 2022 e 2023.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários (TVM)**a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:**

	31.03.2023	31.12.2022
Carteira Própria – Livres	13.348.675	10.913.720
Títulos Públicos	10.997.147	8.389.137
Letras Financeiras do Tesouro	10.549.806	7.983.114
Notas do Tesouro Nacional	447.341	406.023
Títulos Privados	2.351.528	2.524.583
Debêntures	672.199	734.695
Cotas de Fundos de Investimento - FIDC	40.429	39.495
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	46.770	46.452
Cotas de Fundos de Investimento - FI REF	818	794
Letras Financeiras	1.576.551	1.684.242
Título de Renda Variável - Ações	14.609	18.646
Cotas de Renda Variável - FINAM	152	259
Vinculados a Operações Compromissadas	70.021	70.080
Títulos Públicos	70.021	70.080
Letras Financeiras do Tesouro	70.021	70.080
Vinculados a Prestação de Garantias	610.543	624.995
Títulos Públicos	610.543	624.995
Letras Financeiras do Tesouro	49.630	48.018
Notas do Tesouro Nacional	560.913	576.977
Total	14.029.239	11.608.795
Circulante	2.406.945	3.450.080
Não Circulante	11.622.294	8.158.715

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 83,2% do total da carteira (78,3% em 31/12/2022).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 49.630 (R\$ 48.018 em 31/12/2022) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Nuclea, e R\$ 560.913 (R\$ 576.977 em 31/12/2022) em garantias com operações BB Previdência.

A elevação da carteira de TVM foi motivada, principalmente, pelo aumento no volume das LFTs.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Por vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	-	72.301	-	-	116.134	-	188.435
Títulos Públicos	-	-	72.301	-	-	116.134	-	188.435
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	72.301	-	-	116.134	-	188.435
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	62.349	92.412	2.063.258	4.874.989	2.489.558	3.977.502	279.553	13.839.621
Títulos Públicos	-	-	1.482.287	3.532.199	2.259.279	3.934.775	279.553	11.488.093
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.482.287	3.532.199	2.259.279	3.207.257	-	10.481.022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	727.518	279.553	1.007.071
Títulos Privados	62.349	92.412	580.971	1.342.790	230.279	42.727	-	2.351.528
Debêntures	-	31.138	110.184	314.337	216.540	-	-	672.199
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	-	26.690	13.739	-	-	40.429
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	46.770	-	-	-	-	-	-	46.770
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	818	-	-	-	-	-	-	818
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	61.274	470.787	1.001.763	-	42.727	-	1.576.551
Título de Renda Variável - Ações	14.609	-	-	-	-	-	-	14.609
Cotas de Renda Variável - FINAM	152	-	-	-	-	-	-	152
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	567	14	-	602	-	1.183
Títulos Públicos	-	-	567	14	-	602	-	1.183
Notas do Tesouro Nacional	-	-	567	14	-	602	-	1.183
Total 31.03.2023	62.349	92.412	2.136.126	4.875.003	2.489.558	4.094.238	279.553	14.029.239
Total 31.12.2022	66.151	2.324.897	996.588	4.385.583	2.001.928	1.557.673	275.975	11.608.795

⁽¹⁾ Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Ajustes de marcação

	31.03.2023				31.12.2022			
	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo
Para Negociação	188.492	188.435	(57)		204.744	204.712	(32)	
Letras Financeiras do Tesouro	188.492	188.435	(57)	Nível 1	204.744	204.712	(32)	Nível 1
Disponíveis para Venda	14.048.066	13.803.173	(244.893)		11.609.232	11.366.061	(243.171)	
Letras Financeiras do Tesouro	10.479.662	10.481.022	1.360	Nível 1	7.896.028	7.896.500	472	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	1.218.380	970.546	(247.834)	Nível 1	1.188.365	944.901	(243.464)	Nível 1
Debêntures	686.549	672.199	(14.350)	Nível 1	736.744	734.695	(2.049)	Nível 1
Cotas Fundos Invest. - FIDC	40.506	40.506	-	Nível 2	39.572	39.572	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	46.770	46.770	-	Nível 2	46.452	46.452	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - FI REF	818	818	-	Nível 2	794	794	-	Nível 2
Outros Títulos Privados - LF	1.564.820	1.576.551	11.731	Nível 2	1.690.716	1.684.242	(6.474)	Nível 2
Título de Renda Variável - Ações	9.104	14.609	5.505	Nível 1	9.104	18.646	9.542	Nível 1
Cotas de Renda Variável - FINAM	1.457	152	(1.305)	Nível 1	1.457	259	(1.198)	Nível 1
Mantidos até o Vencimento	1.183	1.183	-		1.160	1.160	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.183	1.183	-	Nível 1	1.160	1.160	-	Nível 1

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	31.03.2023	31.12.2022
Desvalorização	(972.108)	(940.034)
Valorização	727.215	696.863
Total	(244.893)	(243.171)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º trim/2023	1º trim/2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.471	70.292
Títulos de Renda Fixa	407.691	285.690
Aplicação Fundos de Investimentos	66	1.166
TVM - Ajuste ao Valor de Mercado	(25)	125
Total	458.203	357.273

7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	31.03.2023			31.12.2022		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	2.639.764	244.585	2.884.349	2.692.745	193.993	2.886.738
Direitos Cred. Descontados	6.348	82	6.430	3.857	2.022	5.879
Financiamentos	5.160.288	117.006	5.277.294	5.146.765	75.853	5.222.618
Financiamentos Rurais	12.208.459	134.819	12.343.278	11.496.586	87.985	11.584.571
Subtotal	20.014.859	496.492	20.511.351	19.339.953	359.853	19.699.806
Adiant. s/ Contrato Câmbio	35.124	4.143	39.267	42.050	15.464	57.514
Total da Carteira	20.049.983	500.635	20.550.618	19.382.003	375.317	19.757.320
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(458.315)	(215.517)	(673.832)	(442.038)	(146.001)	(588.039)
(Câmbio)	(25)	(4.143)	(4.168)	(52)	(15.464)	(15.516)
Total das Provisões	(458.340)	(219.660)	(678.000)	(442.090)	(161.465)	(603.555)
Total Líquido	19.591.643	280.975	19.872.618	18.939.913	213.852	19.153.765

Circulante	9.628.422	7.710.369
Não Circulante	10.244.196	11.443.396

A elevação da carteira de operações de crédito foi motivada, principalmente, pela expansão da carteira FNO com risco integral do Banco.

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

Setor Privado	31.03.2023	31.12.2022
Rural	12.347.387	11.588.766
Indústria	1.776.343	1.753.314
Comércio	2.706.358	2.703.580
Pessoas Físicas	973.505	937.793
Serviços	2.747.025	2.773.867
Total da Carteira	20.550.618	19.757.320

b) Concentração dos principais devedores:

	31.03.2023	% Carteira	31.12.2022	% Carteira
Maior devedor	424.107	2,1	423.018	2,1
10 maiores devedores	2.562.498	12,5	2.558.655	13,0
50 maiores devedores	3.484.947	17,0	3.447.517	17,5
100 maiores devedores	1.226.480	6,0	1.213.986	6,1
Demais devedores	12.852.586	62,4	12.114.144	61,3
Total	20.550.618	100,0	19.757.320	100,0

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	112.157	79.639	202.699	290.210	483.730	3.058.134	4.226.569
A	231.224	603.577	1.133.622	1.485.241	1.236.212	5.337.338	10.027.214
B	90.279	81.577	229.263	360.264	353.067	1.556.134	2.670.584
C	79.309	103.780	129.503	223.686	273.173	1.465.855	2.275.306
D	64.680	5.845	38.074	23.218	12.773	256.079	400.669
E	7.095	6.897	10.258	16.254	34.652	157.161	232.317
F	703	466	1.123	2.187	2.200	8.903	15.582
G	1.121	1.755	778	1.326	1.558	13.649	20.187
H	3.954	760	14.064	4.503	6.870	151.404	181.555
Total 31.03.2023	590.522	884.296	1.759.384	2.406.889	2.404.235	12.004.657	20.049.983
Total 31.12.2022	213.551	372.032	448.002	3.238.064	3.436.468	11.673.886	19.382.003

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	30.415	-	-	-	-	-	36.758	67.173
C	8.746	52.117	-	-	-	-	53.974	114.837
D	7.148	4.032	12.597	-	-	-	17.207	40.984
E	23.537	4.965	2.536	21.720	-	-	10.605	63.363
F	4.088	2.272	1.819	6.085	3.307	-	7.787	25.358
G	2.095	2.566	2.587	8.466	5.552	-	9.277	30.543
H	10.615	8.447	12.292	44.220	47.743	39	35.021	158.377
Total 31.03.2023	86.644	74.399	31.831	80.491	56.602	39	170.629	500.635
Total 31.12.2022	70.071	47.047	27.680	53.898	50.856	40	125.725	375.317

e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.03.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	4.226.569	-	3.844.349	-
A	0,5	10.027.214	(50.136)	9.969.311	(49.846)
B	1	2.737.757	(27.378)	2.936.704	(29.367)
C	3	2.390.143	(71.704)	1.895.420	(56.863)
D	10	441.653	(44.165)	455.259	(45.526)
E	30	295.680	(88.704)	294.451	(88.335)
F	50	40.940	(20.470)	40.478	(20.239)
G	70	50.730	(35.511)	26.563	(18.594)
H	100	339.932	(339.932)	294.785	(294.785)
Total		20.550.618	(678.000)	19.757.320	(603.555)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	31.03.2023	31.03.2022
Saldo no início do exercício	(603.555)	(371.331)
Provisões constituídas	(124.654)	(86.492)
Valores baixados como prejuízo	50.182	47.208
Reversões	27	400
Saldo no final do exercício	(678.000)	(410.215)

g) Receitas de operações de crédito

	1º trim/2023	1º trim/2022
Empréstimos	124.817	80.545
Direitos Creditórios Descontados	550	442
Financiamentos	146.228	83.736
Financiamentos Rurais	198.333	98.795
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	13.097	49.246
Rendas de Repasses Interfinanceiros	4.965	251
Total	487.990	313.015

h) Operações renegociadas e recuperadas

	1º trim/2023	1º trim/2022
Renegociadas (*)	32.430	24.406
Carteira Comercial	1.056	612
Carteira de Fomento	31.374	23.794
Recuperadas	13.097	49.246
Carteira Comercial	2.639	21.551
Carteira de Fomento	10.437	27.695
Outros - FNO	21	-

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações ocorridas em 2023 apresentaram um acréscimo de 33% na comparação com o mesmo período de 2022 em virtude das ações internas de cobrança, acompanhamento e impulsionamento dos processos de cobrança judicial, cujo reflexo foi a celebração de acordos administrativos e judiciais.

No que se refere aos créditos recuperados, em que pese o esforço empreendido nas ações internas de cobrança, houve decréscimo em consequência da diminuição na utilização de mecanismos legais e extraordinários no processo de recuperação das perdas.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos financeiros e outros ativos

	31.03.2023	31.12.2022
Outros Ativos Financeiros	1.128.310	1.120.614
Relações Interfinanceiras	964.870	927.618
Direitos junto Participantes Sistema de Liquidação	6.084	242
Créditos Vinculados	631.208	609.924
Repasses Interfinanceiros (*)	327.578	317.452
Devedores por Repasses de Outros Recursos (nota nº 20)	327.899	321.007
(-) Provisão para Perdas em Repasses Interfinanceiros (nota nº 20)	(321)	(3.555)
Rendas a Receber	64.169	89.595
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.b.1)	48.688	47.790
Pagamentos a Ressarcir	45.480	39.187
Títulos e Créditos a Receber	5.103	16.424
Com Característica de Concessão de Crédito	4.143	15.464
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	960
Outros Ativos	55.113	37.396
Devedores para Apuração de Responsabilidades	30.509	31.000
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(30.110)	(31.000)
Demais Ativos	54.714	37.396
Total	1.183.423	1.158.010
Circulante	872.846	847.432
Não Circulante	310.577	310.578

(*) Estão registrados os repasses com recurso do FNO, risco integral, para outras instituições financeiras.

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 30.509 (R\$ 31.000 em 31/12/2022), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

9. Imobilizado de uso e intangível**a) Imobilizado de uso**

	31.03.2023	31.12.2022
Imóveis de Uso	109.296	109.107
Terrenos	15.399	15.399
Edificações	93.897	93.708
Outras Imobilizações de Uso	262.210	262.103
Móveis e Equipamentos em Estoque	648	648
Imobilizações em Curso	18.319	24.643
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	72.520	71.600
Instalações	10.722	10.231
Móveis e equipamentos de uso	61.798	61.369
Outras	170.723	165.212
Sistema de Comunicação	3.040	3.040
Sistema de Processamento de Dados	154.443	149.255
Sistema de Segurança	13.230	12.937
Outros imobilizados de uso	10	10
Subtotal	371.506	371.210
(-) Depreciações Acumuladas	(255.998)	(251.396)
Total	115.508	119.814

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Intangível

	31.03.2023	31.12.2022
Softwares Desenvolvidos ^(*)	371.548	371.503
(-) Amortização Acumulada	(267.545)	(260.816)
Total	104.003	110.687

(*) A variação positiva é referente à novas aquisições.

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2022	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.03.2023
Imobilizado de Uso	119.814	297	-	(4.603)	115.508
Intangível	110.687	45	-	(6.729)	104.003
Total	230.501	342	-	(11.332)	219.511

	Saldos em 31.12.2021	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.03.2022
Imobilizado de uso	129.085	14	-	(5.950)	123.149
Intangível	111.810	8.491	-	(7.225)	113.076
Total	240.895	8.505	-	(13.175)	236.225

A Resolução CMN nº 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2023	31.12.2022
Limite para Imobilização	2.483.510	2.292.346
(-) Situação	(115.550)	(119.855)
Margem	2.367.960	2.172.491
Índice de Imobilização	2,3%	2,6%

10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.03.2023	Total em 31.12.2022
À Vista ⁽¹⁾	1.904.337	-	-	1.904.337	1.785.604
Poupança	731.976	-	-	731.976	749.268
Interfinanceiros	102.142	-	-	102.142	43.885
A Prazo	4.955.462	897.234	805.357	6.658.053	5.759.698
A prazo	157.103	897.234	805.357	1.859.694	1.903.078
Judiciais com Remuneração	70.289	-	-	70.289	68.304
Especiais com Remuneração	4.728.070	-	-	4.728.070	3.788.316
Sudam ⁽²⁾	3.969.903	-	-	3.969.903	3.056.401
Finam ⁽³⁾	729.185	-	-	729.185	704.354
Outros	28.982	-	-	28.982	27.561
Total	7.693.917	897.234	805.357	9.396.508	8.338.455
Circulante				8.591.151	7.430.957
Não Circulante				805.357	907.498

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro;⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽⁹⁾ Refere-se ao Fundo de investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia S.A, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

b) Captações no mercado aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registraram o volume de R\$ 70.000 em 31/03/2023 (R\$ 70.041 em 31/12/2022), e foram negociadas, ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 13,7% (12,4% em 31/12/2022) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 572.240 no trimestre e estão alocadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 319.315 em 31/12/2022, no curto prazo, ou seja, em até 12 meses).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

c) Despesas de captações no mercado:

	1º trim/2023	1º trim/2022
Despesas de Captações c/ Depósitos	(180.382)	(128.412)
A Prazo	(55.614)	(40.160)
Poupança	(14.241)	(12.723)
Especiais	(93.314)	(67.673)
Interfinanceiros	(1.754)	(114)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(12.651)	(5.217)
Judiciais	(1.389)	(1.102)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.419)	(1.423)
Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)	(2.354)	(4.853)
Total	(182.736)	(133.265)

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela taxa de juros, principalmente em: especiais e depósitos a prazo.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de março de 2023 é de R\$ 39.334, com vencimento no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 44.758 em 31/12/2022), no curto prazo, ou seja, em até 12 meses) referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 5,6% a.a. (4,6% a.a. em 31/12/2022) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

a.1) Classificação por encargos financeiros e prazo de liquidação

	31.03.2023			31.12.2022		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	4,0	16.765	5,0	5,2	17.639
BNDES Industrial	3,0	17,2	270.593	3,0	17,8	279.734
BNDES Rural	3,9	4,2	202.038	3,9	5,1	211.185
BNDES Comércio	4,9	3,8	31.251	5,0	7,3	31.238
BNDES Serviços	6,6	2,5	371	6,6	2,5	420
Finep	1,5	0,5	53	1,5	1,0	85
Finame Industrial	2,9	1,3	4.014	2,8	2,1	4.648
Finame Rural	5,3	2,5	24.443	5,3	3,4	24.951
Finame Comércio	5,3	5,6	1.747	5,3	4,2	1.933
Finame Serviços	2,3	1,5	2.136	1,9	1,9	2.752
STN OGU	1,3	2,1	25.024	1,3	2,4	25.494
Total			578.435			600.079
Circulante			79.683			81.906
Não circulante			498.752			518.173

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na Nota Explicativa nº 27.a.

a.2) Classificação por faixa de vencimento:

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	373	630	946	1.891	7.566	5.359	-	16.765
BNDES Industrial	232	6.407	223	13.537	35.038	34.077	181.081	270.593
BNDES Rural	-	6.490	-	3.397	99.700	76.815	15.636	202.038
BNDES Comércio	599	1.394	487	4.203	10.886	6.361	7.321	31.251
BNDES Serviços	24	30	15	118	165	19	-	371
Finep	11	21	21	-	-	-	-	53
Finame Industrial	254	791	678	1.102	1.118	71	-	4.014
Finame Rural	1.580	4.644	22	2.717	-	-	15.480	24.443
Finame Comércio	65	144	177	379	548	320	114	1.747
Finame Serviços	72	589	169	306	1.000	-	-	2.136
STN OGU(*)	24.945	1	-	1	77	-	-	25.024
Total 31.03.2023	28.155	21.141	2.738	27.651	156.098	123.022	219.632	578.435
Total 31.12.2022	27.328	14.001	3.750	36.831	163.145	129.207	225.817	600.079

*Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 25.024 (R\$ 25.494 em 31/12/2022).

No 1º trimestre de 2023, assim como no 1º trimestre de 2022, não ocorreram recolhimentos ao Tesouro Nacional. Quanto à taxa de administração, relacionada aos recursos do OGU, não houve registros no 1º trimestre de 2023, assim como no 1º trimestre de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses

	1º trim/2023	1º trim/2022
Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses	(12.236)	(13.869)
Tesouro Nacional	(5)	(1.069)
BNDES	(11.277)	(12.019)
Finame	(441)	(575)
Finep	(1)	(1)
Com banqueiros no exterior	(512)	(205)
Despesas de obrigações p/fundos fin .desenvolvimento ⁽¹⁾	(317.820)	(190.920)
Total	(330.056)	(204.789)

(1) Os principais valores estão relacionados à atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100% e remuneração dos recursos disponíveis, impactadas pelo aumento nas liberações de repasses próprio e aumento da taxa Selic, respectivamente.

13. Outras captações**a) Sociais e estatutárias**

	31.03.2023	31.12.2022
Remuneração do capital a pagar (*)	308.888	299.333
Provisão para participação nos lucros	78.657	78.657
Total	387.545	377.990
Circulante	385.545	377.990
Não circulante	-	-

(*)Contempla valores em conformidade ao prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a. Os dividendos/JCP relacionados ao exercício de 2022, serão atualizados pela variação da taxa Selic, a partir da data do encerramento do exercício até a data do pagamento, conforme aviso aos acionistas.

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.03.2023	31.12.2022
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	17.351.436	15.587.883
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	73.363	78.296
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	67.604	71.936
Outros	78	78
Total	17.492.481	15.738.193
Circulante	17.434.472	15.675.782
Não circulante	58.009	62.411

(1) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outros passivos financeiros

	31.03.2023	31.12.2022
Cheques administrativos	8	1.504
Contrato de assunção de obrigações	2	2
Obrigações por aquisição de bens e direitos	51.138	61.235
Obrigações por convênios oficiais	27	27
Obrigações por prestação de serviços	116	122
Parcelas de operações de crédito - securitização	33	547
Levantamento de depósitos recursais (nota nº 14.b.1)	17.533	17.304
Credores diversos - imobilizações	1.254	38
Recebimento de recursos para aval	31.216	28.847
Demais	41.105	44.152
Total	142.432	153.778
Circulante	142.432	153.778
Não circulante	-	-

d) Demais instrumentos financeiros

	31.03.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências ⁽¹⁾	23.899	10.514
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados ⁽²⁾	420.228	3.220
Total	444.127	13.734
Circulante	444.127	13.734
Não circulante	-	-

⁽¹⁾ A variação é relativa ao aumento no volume de recebimento de títulos e cobranças pelo sistema de compensação.

⁽²⁾ Na variação verificada entre os períodos, destaque para arrecadação pelo recebimento de tributos federais através de DARF.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	31.03.2023	31.12.2022
Provisão para pagamentos a efetuar	137.403	121.739
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.627.519	1.566.721
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.602.727	1.542.073
FDA (nota nº 19)	24.184	24.341
Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995 (¹)	603	302
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para passivos atuariais (²)	1.131.204	1.162.250
Fundo de pensão de benefício definido	818.329	842.579
BD liquidado (nota nº 25)	727.387	749.839
Misto liquidado (nota nº 25)	32.391	32.449
Assistidos (nota nº 25)	58.551	60.291
Outros - auxílio saúde (nota nº 25)	312.875	319.671
Provisão para demandas judiciais (³)	244.206	217.522
Ações trabalhistas (Indenizações)	155.382	155.238
Ações cíveis	78.461	51.876
Ações fiscais	1.466	1.466
Ações trabalhistas (Capaf)	8.897	8.942
Provisão para planos saldados (notas nº 25.b)	492.462	511.699
Plano BD	429.539	443.490
Plano misto	62.923	68.209
Provisões diversas	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Total	3.633.143	3.580.280
Circulante	1.664.934	949.297
Não circulante	1.968.209	2.630.983

(¹) Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Coo brigações em cessões de crédito”, do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2023, o montante corresponde a R\$ 9.016 (R\$ 9.212 em 31/12/2022).

(²) Através da IN BCB nº 275, de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de “Passivos atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

(³) A movimentação das provisões para demandas judiciais e provisões diversas está especificada na nota explicativa nº 14.c.

a) Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas, está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2022	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 31.03.2023
Risco FNO Rural (nota nº 20)	615.694	47.712	(17.434)	-	645.971
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	926.379	54.460	(24.083)	-	956.756
SEC I (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	302	301	-	-	603
FDA (nota nº 19)	24.341	176	(138)	(195)	24.184
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
Total	1.566.721	102.649	(41.656)	(195)	1.627.519

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2021	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 31.03.2022
Risco FNO Rural (nota nº 20)	601.373	10.673	(23.934)	-	588.112
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	869.181	26.096	(23.851)	-	871.426
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	448	71	-	-	519
FDA (nota nº 19)	31.747	2.276	(2.211)	(120)	31.692
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	-	5
Total	1.502.754	39.116	(49.996)	(120)	1.491.754

b) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

b.1) Levantamento de depósitos recursais

Em 31 de março de 2023, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$ 17.533 (R\$ 17.304 em 31/12/2022) e estão registrados na rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota Explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica "Outros ativos financeiros" os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$ 20.020 (R\$ 19.700 em 31/12/2022), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.03.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	67.589	66.372
(-) Provisão p/devedores depósitos recursais	(20.020)	(19.700)
Demandas fiscais	348	348
Demandas cíveis	771	770
Total (nota nº 8)	48.688	47.790

b.2) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros. Destaca-se o reforço de provisão em 2022, destinada a suportar eventuais acordos, em razão de processo de mediação em curso.

b.3) Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

b.4) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$ 7.696 (R\$ 6.759 em 31/12/2022).

b.5) Outras contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas

A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Devs. Bens	Total
Saldo no início do período	155.238	51.876	1.466	8.942	511.699	349	729.570
Adições	18.592	30.359	-	26	-	-	48.977
Atualização monetária	-	-	-	-	14.849	-	14.849
Baixa por pagamento	(9.019)	(1.342)	-	(42)	(34.086)	-	(44.489)
Reversão da provisão	(9.429)	(2.432)	-	(29)	-	-	(11.890)
Saldo no final do período (nota nº 14)	155.382	78.461	1.466	8.897	492.462	349	737.017

d) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Devs. bens
Até 5 anos	97.886	30.121	1.291	1.077	362.781	349
De 5 anos a 10 anos	34.881	27.166	41	2.551	125.498	-
Acima de 10 anos	22.615	21.174	134	5.269	4.183	-
Total	155.382	78.461	1.466	8.897	492.462	349

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Demandas judiciais – perda possível

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas judiciais - Possíveis	31.03.2023	31.12.2022
Causas fiscais	53.531	53.531
Causas trabalhistas	40.960	40.811
Causas cíveis	273.625	278.736
Causas Capaf	96	96
Total	368.212	373.174

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

Causas Cíveis - Possíveis	31.03.2023	31.12.2022
Revisional	104.243	109.790
Danos morais e materiais	103.871	103.508
Inexistência de débito	34.249	34.249
Exclusão de restritivos	10.601	10.611
Debêntures - Finam	6.616	6.586
Cotas do Finam	4.717	4.717
Honorários advocatícios	4.454	4.454
Anulação de contrato	3.782	3.782
Criminal	702	702
Fundos Banco Santos	368	315
Tributário	22	22
Total	273.625	278.736

15. Patrimônio líquido**a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária**

	31.03.2023	31.12.2022
Patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.	5.156.516	4.841.380
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	91,98	86,36
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	70,00	49,25

(1) Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 31 de março de 2023, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31/12/2022) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (56.058.315 ações ordinárias nominativas em 31/12/2022).

Quantidade de ações	31.03.2023	31.12.2022
Domiciliados no país	56.049.094	56.052.044
Domiciliados no exterior	9.221	6.271
Total	56.058.315	56.058.315

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	31.03.2023		31.12.2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.976	97,0	54.379.991	97,0
Administração direta – Ministério da Economia	41.098.862	73,3	41.098.877	73,3
Administração indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de investimento multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo investimento em ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
Em circulação	1.678.339	3,0	1.678.324	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 17.436 (R\$ 17.600 em 31/12/2022) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 164, decorrentes de depreciação (R\$ 880 em 31/12/2022). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	31.03.2023	31.12.2022
Reservas de capital	2.253	2.253
Reserva de lucros	1.699.479	1.699.479
Legal	249.738	249.738
Estatutária	1.449.741	1.449.741

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	31.03.2023	31.03.2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	286.687	216.849
Quantidade de ações (em unidades)	56.058.315	29.645.967
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	5,11409	7,31464

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.03.2023	31.12.2022
Ajuste de avaliação patrimonial	(504.421)	(532.870)
Títulos disponíveis para venda	(135.279)	(134.289)
Ajustes de avaliação atuarial	(369.142)	(398.581)

16. Tributos**a) Provisões constituídas**

Nesse período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.03.2023		31.03.2022	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	474.288	474.288	380.421	380.421
Resultado antes do IRPJ e CSLL	474.288	474.288	380.421	380.421
Exclusões líquidas caráter permanente	(196.270)	(196.270)	(90.308)	(90.308)
Adições líquidas caráter temporário	195.406	195.406	92.931	92.931
Lucro tributável antes compensações	473.424	473.424	383.044	383.044
Alíquotas	15%	20%	15%	-
Valores devidos pela alíquota normal	71.014	94.685	57.456	-
Alíquota a partir de março/2020	-	-	-	20%
Valores devidos pela nova alíquota	-	-	-	76.609
Adicional de imposto de renda (10%)	47.336	-	38.298	-
Incentivos	(2.841)	-	(2.298)	-
Valores devidos	115.509	94.685	93.456	76.609
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(80)	(65)	(70)	(58)
Valores registrados em resultado antes ativação	115.429	94.620	93.386	76.551
Crédito tributário s/diferenças temporárias	(12.471)	(9.977)	(3.536)	(2.829)
Valores efetivamente registrados no resultado	102.958	84.643	89.850	73.722
% despesa efetiva em relação ao lucro antes IRPJ/CSLL	21,7	17,8	23,6	19,4

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de março de 2023:

	31.12.2022	Constituição	Realizado	31.03.2023
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	164.180	18.619	18.520	164.279
Provisão para risco de crédito - Banco	545.761	124.655	13.125	657.291
Provisão para risco de crédito - FNO	680.208	-	49.795	630.413
Auxílio pós-emprego	281.839	1.010	21.765	261.084
Auxílio pós-emprego-Resolução CVM nº 110/2022	90.471	-	53.525	36.946
Planos saldados	511.698	14.849	34.086	492.461
Desvalorização marcação a mercado - venda	255.861	8.686	-	264.547
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	29.355	3.707	72.230
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	820	1.727	-	2.547
Outras provisões	64.772	1.891	1.222	65.441
Base de cálculo	2.642.192	200.792	195.745	2.647.239
Imposto de renda diferido (25%)	660.548	50.198	48.936	661.810
Contribuição social				
Provisão trabalhista	164.180	18.619	18.520	164.279
Provisão para risco de crédito - Banco	545.761	124.655	13.125	657.291
Provisão para risco de crédito - FNO	680.208	-	49.795	630.413
Auxílio pós-emprego	281.839	1.010	21.765	261.084
Auxílio pós-emprego-Resolução CVM nº 110/2022	90.471	-	53.525	36.946
Planos saldados	511.698	14.849	34.086	492.461
Desvalorização de marcação a mercado - venda	255.861	8.686	-	264.547
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	29.355	3.707	72.230
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	820	1.727	-	2.547
Outras provisões	57.740	1.891	1.222	58.409
Base de cálculo	2.635.160	200.792	195.745	2.640.207
Contribuição social diferida (20%)	527.032	40.158	39.149	528.041
Total do crédito tributário	1.187.580	90.356	88.085	1.189.851

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de março de 2023, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos tributários	De 2028						Total
	2023	2024	2025	2026	2027	a 2032	
Crédito tributário de I.R	105.264	68.979	83.857	57.773	42.509	303.428	661.810
Crédito tributário de C. Social	84.211	55.183	67.086	46.218	34.007	241.336	528.041
Total – valores nominais	189.475	124.162	150.943	103.991	76.516	544.764	1.189.851
Índice acumulado a.a (%)	1,13	1,26	1,38	1,51	1,65	-	-
Valor presente destes ativos	167.233	98.541	109.300	68.868	46.373	-	-

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do trimestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$ 678.262 (R\$ 612.816 em 31/12/2022).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.03.2023	31.12.2022
Provisão FNO	523.099	420.926
Provisão auxílio pós emprego	763.957	720.723
Provisão ativos atuariais - CAPAF	176.987	176.987
Outras provisões	43.931	43.843
Total das provisões	1.507.974	1.362.479
Créditos tributários (CSLL) (*)	301.595	272.496
Créditos tributários (IRPJ) (**)	376.667	340.320
Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)	678.262	612.816

(*) CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.305, de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e contribuições a compensar

Em 31 de março de 2023, os "Impostos e contribuições a compensar" alcançaram o montante de R\$ 69.290 (R\$ 95.092 em 31/12/2022) e estão registrados na conta "tributos".

g) Passivos fiscais

	31.03.2023	31.12.2022
Fiscais e previdenciárias	209.080	501.208
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	171.450	432.656
Impostos e contribuições a recolher	37.630	68.552
Provisões para Impostos e contribuições diferidos (*)	19.370	16.688
Total	228.450	517.896
Circulante	39.566	517.896
Não circulante	188.884	-

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado, reavaliação e parcelamentos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receitas de prestação de serviços

	1º trim/2023	1º trim/2022
Administração de fundos e programas	162.127	182.735
FNO (nota nº 20)	157.878	178.956
Art 19 da Lei nº 8.167/91	312	51
Finam (nota nº 18)	3.822	3.530
Outras - FDA	115	198
Outros serviços	9.856	10.492
Demais rendas	9.856	10.492
Sub-total	171.983	193.227
Rendas de tarifas bancárias	52.095	43.544
Pessoa física	32.099	27.325
Pessoa jurídica	19.996	16.219
Total	224.078	236.771

b) Despesas com pessoal

	1º trim/2023	1º trim/2022
Honorários	(905)	(800)
Benefícios	(22.007)	(19.136)
Encargos sociais	(44.157)	(40.084)
Proventos	(99.101)	(98.654)
Treinamento	(880)	(394)
Remuneração de estagiários	(696)	(829)
Total	(167.746)	(159.897)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras despesas administrativas

	1º trim/2023	1º trim/2022
Água, energia e gás	(2.741)	(3.555)
Aluguéis	(5.046)	(4.182)
Processamento de dados	(18.292)	(9.803)
Comunicações	(3.927)	(4.423)
Manutenção e conservação de bens	(4.076)	(3.269)
Material	(79)	(130)
Serviços de terceiros	(5.653)	(8.803)
Vigilância e segurança	(8.451)	(7.300)
Serviços do sistema financeiro	(5.446)	(5.168)
Promoções e relações públicas	(2.741)	(86)
Propaganda e publicidade	(502)	(203)
Publicações oficiais	(16)	(51)
Serviços técnicos especializados	(7.390)	(2.813)
Transporte	(3.804)	(3.736)
Viagens	(1.100)	(613)
Depreciação (nota nº 9)	(4.603)	(5.950)
Amortização (nota nº 9)	(6.806)	(7.225)
Demais despesas administrativas	(3.024)	(1.190)
Total	(83.697)	(68.500)

d) Despesas tributárias

	1º trim/2023	1º trim/2022
ISS	(2.786)	(2.478)
Cofins	(34.379)	(28.433)
PIS/Pasep	(5.587)	(4.620)
Demais tributos	(9.123)	(4.258)
Total	(51.875)	(39.789)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	1º trim/2023	1º trim/2022
Outras receitas operacionais	473.875	355.240
Demais receitas operacionais	473.711	355.083
Receitas não operacionais	164	157
Outras despesas operacionais	(231.916)	(179.922)
Demais despesas operacionais	(21.195)	(50.103)
Despesas de provisões	(210.720)	(129.817)
Despesas não operacionais	(1)	(2)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1º trim/2023	1º trim/2022
Demais receitas operacionais		
<i>Del credere</i> FNO (nota nº 20)	378.256	290.520
Recuperação de operações FNO (nota nº 20)	67.437	27.490
Recuperação de encargos e despesas	4.244	1.560
Demais receitas operacionais	23.774	35.513
Reversão de provisões	12.136	4.381
Reversão de provisões contingenciais (*)	11.890	4.261
Reversão de outras provisões operacionais	246	120
Rendas de <i>del credere</i> – FDA	1.020	1.031
Receita variação taxas - FMM	2.746	14.063
Receita variação taxa câmbio	1.071	9.949
Multas – operações crédito geral	963	465
Rendas s/depósito compulsório	2.931	3.317
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	2.042	-
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	194	-
Demais	671	2.307
Total	473.711	355.083

(*) Neste trimestre, o valor representado faz referência as contingências judiciais trabalhistas, cíveis e sucumbências, fundo e Capaf.

	1º trim/2023	1º trim/2022
Demais despesas operacionais		
Despesas de variação de taxa FMM	(1.991)	(13.991)
Despesa de variação taxa câmbio	(384)	(799)
Grade de eventos perdas operacionais	(267)	(474)
Despesas s/saldos credores do INSS	(240)	(410)
Dividendos a pagar juros s/capital	(9.555)	(4.799)
Despesas desconto concedido renegociação	(3.391)	(5)
Pagamento de causas (*)	(4.189)	(3.430)
Multa de órgãos oficiais	(282)	-
Pagto benefícios/pensões - INSS	(405)	(358)
Sucumbências/honorários periciais - determinação judicial	(7)	(8)
Estorno de encargos carteira de fomento	-	(81)
Depósitos recursais zerados - CEF	(320)	(1.368)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(135)	(45)
Atualização AFAC (dotação aumento capital)	-	(24.254)
Demais despesas operacionais	(29)	(81)
Total	(21.195)	(50.103)

(*) Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte: de atualização monetária, da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista. O aumento entre os períodos ocorreu devido os ajustes da base da provisão, em conjunto com os trabalhos de análise das provisões encaminhados pelo jurídico.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1º trim/2023	1º trim/2022
Despesas de provisões		
Garantia financeira prestada	(102.649)	(39.116)
Passivo atuarial	(44.245)	(41.086)
Atualização benefícios pós-emprego PBD e PMB	(33.976)	(31.404)
Pós-emprego assistidos/auxílio-saúde	(10.269)	(9.682)
Demandas judiciais	(48.977)	(28.318)
Passivos trabalhistas	(18.592)	(12.927)
Passivos cíveis/sucumbências	(29.356)	(14.925)
Passivos cíveis - fundos investimento	(1.003)	(442)
Provisão ativos atuariais - CAPAF	(26)	(24)
Planos saldados (nota nº 25.b)	(14.849)	(21.297)
Total	(210.720)	(129.817)
Resultado não operacional		
Receitas não operacionais	164	157
Outras receitas não operacionais	164	157
Ganhos de capital	16	12
Rendas de aluguel	1	1
Outras rendas não operacionais	147	144
Despesas não operacionais	(1)	(2)
Outras despesas não operacionais	(1)	(2)
Diversas	(1)	(2)
Total	163	155

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	1º trim/2023	1º trim/2022
Receita de prestação de serviço (nota nº 17.a) (¹)	3.822	3.530

(¹) A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo.

	31.03.2023	31.12.2022
Entrada de recursos (*)	-	9.128

(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na Nota Explicativa nº 14, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos regionais, o Banco, como operador do FINAM, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B³ S/A-Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível, provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do fundo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	31.03.2023	31.12.2022
<i>Del credere</i> (1)	26.578	25.487
Risco da provisão (2) (nota nº 14)	24.184	24.341
Repasse do tesouro (3) (nota nº 13.b)	67.604	71.936

(1) Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

(2) Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

(3) Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	1º trim/2023	1º trim/2022
Despesa de provisão risco de operações - FDA	(175)	(2.276)
Reversão de provisão risco de operações - FDA	195	-

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º trim/2023	1º trim/2022
Taxa de administração (nota nº 17.a)	157.878	178.956
FNO	135.200	156.680
FNO - PRONAF	22.678	22.276
<i>Del credere</i>	378.256	290.520
Recuperação de operações (1)	67.437	27.490
Remuneração do disponível (nota nº 23)	(44.886)	(69.485)
Despesa de provisão (risco compartilhado)	(102.173)	(36.769)

(1) Deste montante, no 1º trimestre de 2023, R\$ 58.556 (R\$ 27.249 no 1º trim/2022), referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI Nº 11/2005

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

Em janeiro de 2023, essa taxa de administração foi alterada da seguinte forma: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125 a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiro das operações contratadas.

A Lei Ordinária nº 14.227/2021, de 20 de outubro de 2021, estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Após consulta ao Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional acerca da ratificação da metodologia de apuração da taxa de administração, considerando-se as alterações inseridas pela Lei nº 13.682/2018 e a incidência dos valores repassados ao Banco a título de risco integral Banco na forma do artigo 9-Aº da lei 7.827/89, o Banco recebeu orientações daquele órgão para a partir de março de 2023, aplicar na metodologia utilizada para cálculo da taxa de administração o saldo médio diário dos valores repassados ao banco administrador.

O Patrimônio Líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	31.03.2023	31.12.2022
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	43.495.394	42.126.928
Disponível do FNO ⁽²⁾	1.796.758	805.896
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14)	1.602.727	1.542.073
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾ (nota nº 8)	327.899	321.007
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8)	321	3.555

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo "Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

⁽³⁾ É registrada na conta "Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999.

⁽⁴⁾ Estão registrados em "Devedores por repasse de outros recursos" e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

Neste 1º trimestre de 2023, o Banco procedeu a baixa de R\$ 41.518 (R\$ 47.784 no 1º trim/2022) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade dessa instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

Neste trimestre, foi devolvido ao fundo, o montante de R\$ 58.101 (R\$ 57.456 no 1º trim/2022).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	31.03.2023	31.12.2022
Recursos a alocar	1.384.425	207.572
Recursos alocados	15.915.403	15.288.664
Taxa de administração (*)	32.854	59.416
Outros	18.754	32.231
Total (nota nº 13.b)	17.351.436	15.587.883

(*) A redução da taxa de administração decorre da nova metodologia adotada no mês de março de 2023.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.03.2023				31.12.2022			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (*)	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (*)	Total
AA	-	5.566.769	-	-	-	5.319.626	-	-	-
A	0,5	9.642.628	(24.106)	-	(24.106)	10.152.225	(25.381)	-	(25.381)
B	1	3.450.346	(17.252)	-	(17.252)	3.562.877	(17.814)	-	(17.814)
C	3	2.121.879	(31.828)	-	(31.828)	2.109.151	(31.637)	-	(31.637)
D	10	1.687.352	(84.368)	-	(84.368)	1.815.056	(90.753)	-	(90.753)
E	30	415.608	(62.341)	-	(62.341)	434.776	(65.216)	-	(65.216)
F	50	151.898	(37.974)	2	(37.972)	186.273	(46.568)	-	(46.568)
G	70	156.869	(54.904)	-	(54.904)	139.336	(48.768)	-	(48.768)
H	100	2.580.042	(1.290.021)	65	(1.289.956)	2.431.991	(1.215.996)	60	(1.215.936)
Total		25.773.391	(1.602.794)	67	(1.602.727)	26.151.311	(1.542.133)	60	(1.542.073)

(*) Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020 por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Res. CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira, como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	31.03.2023	31.12.2022
Recursos Repassados ⁽¹⁾ (nota nº 13.b)	73.363	78.296

⁽¹⁾ Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do Dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

22. Fundos de investimentos financeiros

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.03.2023	31.12.2022
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	54	55
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	29	29
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	22	22
Total	106	107

Nesse período, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos (não ocorreu em 31/12/2022).

23. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º trim/2023	1º trim/2022
Honorários (nota nº 17.b)	(905)	(800)
Diretoria Executiva	(634)	(515)
Conselho de Administração	(54)	(83)
Conselho Fiscal	(44)	(29)
Comitê de Auditoria	(173)	(173)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(25)	(25)
Total	(930)	(825)

⁽¹⁾ Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas Notas Explicativas nºs: 12 (Obrigações por repasses), 13 (Outras captações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (Capaf) estão descritas na Nota Explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20 e 21.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	31.03.2023	31.12.2022
Passivos		
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	578.435	600.079
Tesouro Nacional	25.024	25.494
BNDES	521.019	540.216
Finame	32.339	34.284
Finep	53	85
Outros Passivos	17.492.403	15.738.115
FNO (notas nºs 13.b e 20)	17.351.436	15.587.883
FMM (notas nºs 13.b e 21)	73.363	78.296
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	67.604	71.936
Total	18.070.838	16.338.194

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	1º trim/2023	1º trim/2022
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	162.127	182.735
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	378.256	290.520
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(44.886)	(69.485)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(102.173)	(36.768)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(3.858)	(3.573)
Liquidados - BD e Misto	(651)	(707)
Prev-amazônia - Capaf	(3.207)	(2.866)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(59.094)	(62.383)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(33.976)	(31.404)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(14.849)	(21.297)
Despesas Pós-Emprego–Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(10.269)	(9.682)

24. Remuneração paga aos empregados e administradores**a) Remuneração mensal dos empregados (em reais) e outras informações**

Remuneração (*)	31.03.2023	31.12.2022
Maior	33.238,80	33.238,80
Menor	3.172,16	3.172,16
Média	9.822,76	9.364,33
Valor médio dos benefícios	3.006,36	2.993,99

*inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras informações	31.03.2023	31.12.2022
Quantidade de empregados	2.864	2.867
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	-	74.695

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e outras informações

Remuneração Diretoria Executiva	31.03.2023	31.12.2022
Maior	37.054,64	37.054,64
Menor	32.599,92	32.599,92
Média	33.342,37	33.312,00

Outras informações	31.03.2023	31.12.2022
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	-	905

Remuneração média dos Conselhos	31.03.2023	31.12.2022
Conselho de Administração	3.612,05	3.574,42
Conselho Fiscal	3.612,05	3.612,05

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 220 de 7 de março de 2023, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30 de março de 2023, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 850 de 20 de setembro de 2022.

A Capaf efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro de 2020, paga pela BB Previdência. Permanecem na Capaf os Planos BD e Misto Liquidados.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Previc a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos, que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Resolução CVM nº 110/2022, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Premissas Financeiras (a.a %)	31.03.2023					31.12.2022				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,6	9,6	9,6	9,4	10,0	9,6	9,6	9,6	9,7	9,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,9	5,9	5,9	5,7	6,2	5,9	5,9	5,9	6,0	5,9
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,6	9,6	9,6	N/A	N/A	9,6	9,6	9,6	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	-	-	-	-	2,2
Premissas Demográficas	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de rotatividade	-	-	-	N/A	0,6	-	-	-	N/A	0,6
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *					AT-2000M&F *				
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *					AT-2000M&F *				
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss					Winklevoss				
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **		N/A	A. Vindas **		A. Vindas **		N/A	A. Vindas **	
Tábua de morbidez	N/A					N/A				

* suavizada em 20% em 2023 e 2022.

** suavizada em 30% em 2023 e 2022.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD		Plano Misto	
	1º trim/2023	1º trim/2022	1º trim/2023	1º trim/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(16.345)	(15.728)	(779)	(739)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(16.345)	(15.728)	(780)	(740)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(247)	(266)	-	-
Ganhos e perdas sobre o ativo	18.454	17.151	90	138
Ganhos e perdas sobre o passivo	20.096	68.899	741	892
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	38.303	85.784	831	1.030
Total dos componentes de benefício definido	21.958	70.056	51	290
	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º trim/2023	1º trim/2022	1º trim/2023	1º trim/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(1.162)	(1.103)
Custo de juros líquidos	(1.469)	(1.551)	(7.738)	(6.975)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.469)	(1.551)	(8.900)	(8.078)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre o passivo	1.082	8.841	13.309	19.046
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	1.082	8.841	13.309	19.046
Total dos componentes de benefício definido	(387)	7.290	4.409	10.968

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD		Plano Misto	
	1º trim/2023	1º trim/2022	1º trim/2023	1º trim/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(680.621)	(714.584)	(32.449)	(33.575)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	493	531	7	6
Provisão para planos de benefício definido	(16.345)	(15.728)	(780)	(740)
Provisão adicional reserva matemática	(69.217)	(30.326)	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	38.303	85.784	831	1.030
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(727.387)	(674.323)	(32.391)	(33.279)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º trim/2023	1º trim/2022	1º trim/2023	1º trim/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(60.291)	(71.053)	(319.672)	(310.439)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	2.127	1.748	2.388	2.389
Provisão para planos de benefício definido	(1.469)	(1.551)	(8.900)	(8.078)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.082	8.841	13.309	19.046
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(58.551)	(62.015)	(312.875)	(297.082)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD		Plano Misto	
	1º trim/2023	1º trim/2022	1º trim/2023	1º trim/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(797.965)	(840.722)	(75.044)	(78.687)
Benefícios pagos pelo plano	20.155	18.705	1.807	1.206
Custo de juros	(19.163)	(18.504)	(1.802)	(1.732)
Custo de serviço corrente	-	-	(2)	(2)
Remensurações de perdas atuariais	20.822	82.758	1.482	1.784
Decorrentes de ajuste na experiência	19.037	52.978	1.313	(1.189)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	1.785	29.780	169	2.973
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(776.151)	(757.763)	(73.559)	(77.431)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º trim/2023	1º trim/2022	1º trim/2023	1º trim/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(60.291)	(71.053)	(319.672)	(310.439)
Benefícios pagos pelo plano	2.127	1.748	2.388	2.389
Custo de juros	(1.469)	(1.551)	(7.738)	(6.975)
Custo de serviço corrente	-	-	(1.162)	(1.103)
Remensurações de perdas atuariais	1.082	8.841	13.309	19.046
Decorrentes de ajuste na experiência	1.802	7.526	1.514	(175)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	(720)	1.315	11.795	19.221
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(58.551)	(62.015)	(312.875)	(297.082)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(552.363)	(528.745)	(549.215)	(531.442)	(540.189)
Superávit/(déficit) do plano	(552.363)	(528.745)	(549.215)	(531.442)	(540.189)
Variação na obrigação atuarial	2,25%	(2,12%)	1,67%	(1,62%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,25%	(2,12%)	1,67%	(1,62%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(241.280)	(230.963)	(239.905)	(232.141)	(235.962)
Superávit/(déficit) do plano	(241.280)	(230.963)	(239.905)	(232.141)	(235.962)
Variação na obrigação atuarial	2,25%	(2,12%)	1,67%	(1,62%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,25%	(2,12%)	1,67%	(1,62%)	

	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(75.131)	(72.080)	(74.773)	(72.381)	(73.559)
Valor justo dos ativos do plano	8.778	8.778	8.778	8.778	8.778
Superávit/(déficit) do plano	(66.353)	(63.302)	(65.995)	(63.603)	(64.781)
Variação na obrigação atuarial	2,14%	(2,01%)	1,65%	(1,60%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,43%	(2,28%)	1,87%	(1,82%)	

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(60.686)	(56.574)	(59.184)	(57.934)	(58.551)
Superávit/(déficit) do plano	(60.686)	(56.574)	(59.184)	(57.934)	(58.551)
Variação na obrigação atuarial	3,65%	(3,38%)	1,08%	(1,06%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,65%	(3,38%)	1,08%	(1,06%)	

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(318.107)	(307.948)	(323.774)	(303.029)	(312.875)
Superávit/(déficit) do plano	(318.107)	(307.948)	(323.774)	(303.029)	(312.875)
Variação na obrigação atuarial	1,67%	(1,57%)	3,48%	(3,15%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,67%	(1,57%)	3,48%	(3,15%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.209)
Custo de juros líquidos	(65.380)	(3.117)	(5.878)	(30.951)
Total da (despesa)/receita a reconhecer	(65.380)	(3.121)	(5.878)	(36.160)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.135	32	7.012	10.199
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.135	32	7.012	10.199

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.7) Categorias dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes incluídos no valor justo dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da política de investimentos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.03.2023
Plano BD	749.839	33.203	(38.303)	(17.352)	727.387
Plano Misto	32.449	773	(831)	-	32.391
Total BD e Misto	782.288	33.976	(39.134)	(17.352)	759.778

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.03.2022
Plano BD	744.910	30.670	(85.783)	(15.474)	674.323
Plano Misto	33.575	(296)	-	-	33.279
Total BD e Misto	778.485	30.374	(85.783)	(15.474)	707.602

b) Planos saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado), e caso necessário poderá exigir ajuste por parte do Banco. No exercício de 2022, quando da revisão atuarial não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

Os planos saldados apresentaram as seguintes movimentações:

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.03.2023
Planos Saldados	511.699	14.849	-	(34.086)	492.462

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.03.2022
Planos Saldados	585.859	21.297	-	(30.987)	576.169

c) Plano PrevAmazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

Planos	1º trim/2023	1º trim/2022
Liquidados - BD e Misto	(651)	(707)
Prev-amazônia	(3.207)	(2.866)
Total (nota nº 23.b)	(3.858)	(3.573)

Valores reconhecidos como obrigações:

	31.03.2023	31.12.2022
Saldados	492.462	511.699
Liquidados	759.778	782.288
Assistidos	58.551	60.291
Auxílio Saúde	312.875	319.671

Ações coletivas**Ação TRT da 16ª Região (MA)****Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000**

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA), com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, padrão CNJ (0116400-94.2001.5.16.0001), que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios de julgamento seguidos de retiradas de pauta, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT da 16ª Região, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e Banco para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara, tendo sido publicado em 13/04/2023. Provavelmente a decisão será objeto de pedido de esclarecimentos pela via de recurso de embargos de declaração a ser opostos por ambas as partes e, posteriormente, recurso ao TST, razão pela qual, por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Recurso interposto para o TST. TST acatou novo pedido de nulidade e o processo retornará a julgamento no TRT da 8ª Região.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A distribuição da provisão do Plano BD está apresentada da seguinte forma:

Provisão plano BD liquidado	31.03.2023	31.12.2022
Participantes abrangidos pela ação rescisória	608.848	633.639
50% das reservas matemáticas dos participantes ainda na ativa	49.322	46.983
Adicional de provisão de reservas matemáticas	69.217	69.217
Total (notas nº 14 e nº 25)	727.387	749.839

A composição da provisão referente à ação rescisória é a seguinte:

Composição provisão ação rescisória	31.03.2023	31.12.2022
100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis ⁽¹⁾	540.189	563.278
50% dos que ainda não elegíveis ⁽²⁾	68.659	70.361
Total	608.848	633.639

⁽¹⁾ Aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

⁽²⁾ Aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

A provisão dos planos liquidados BD/Misto está constituída da seguinte forma:

Provisão planos liquidados BD e Misto	31.03.2023	31.12.2022
BD liquidado	727.387	749.839
Misto liquidado	32.391	32.449
Total (notas nº 14 e nº 25.a.3)	759.778	782.288

	31.03.2023	31.12.2022
Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado	17.352	66.047

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 31 de março de 2023, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela Capaf (BD e Misto).

26. Gerenciamento de riscos e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, Chief Risk Officer – CRO, dispondendo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico da Instituição, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos para a que a Instituição está exposta:

Risco de crédito; Risco de mercado; IRRBB; Risco operacional; Risco de liquidez; Risco cibernético; Risco de integridade; Risco legal; RSAC.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;
- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade;
- A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:

A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM, em 31 de março de 2023 foi de R\$ 12.759.170 mil, representando 82,65% do portfólio total de R\$ 15.437.026 mil (R\$ 9.816.953 mil, representando 77,86% do portfólio total de R\$ 12.608.030 mil em 31/12/2022). A maioria dos recursos, 70,37% (62,25% em 31/12/2022), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento do risco de liquidez, do monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, do controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e de simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, o Banco vem aprimorando constantemente seus controles, inclusive aperfeiçoando a solução de gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além do exposto, estamos em processo de implementação do Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (*Low Default Portfolio* – LDP), direcionado para clientes que possuam nota de crédito atribuída por agências de classificação de risco externa, além de delimitador definido metodologicamente. Essa nova ferramenta permitirá aperfeiçoar a avaliação de risco de clientes desta natureza, que apresentam historicamente baixa incidência de inadimplência.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II, Resolução CMN nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao risco de mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo *de value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 31 de março de 2023, o VaR calculado para a carteira Banco¹ e para a carteira Tesouraria² foi de R\$ 6.508 mil e R\$ 3.015 mil respectivamente (R\$ 8.636 mil e R\$ 4.419 mil em 31/12/2022), estando dentro dos limites de referência de 15,22% e 9,76% respectivamente (19,55% e 13,85% em 31/12/2022). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 5,0804 em 31 de março de 2023 (R\$ 5,2177 em 31/12/2022) e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,65% a.a. (13,65% a.a. em 31/12/2022).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,3505 em 31 de março de 2023 (R\$ 6,5221 em 31/12/2022), e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,06% a.a. (17,06% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 7,6206 em 31 de março 2023 (R\$ 7,8266 em 31/12/2022) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 20,48% a.a. (20,48% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

¹Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

² Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução Bacen nº 02/2020:

Exposições Financeiras		31.03.2023			31.12.2022		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	567	(30.883)	(54.004)	1.196	(38.616)	(66.168)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	7.223	(221.847)	(288.775)	11.443	(219.822)	(285.283)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(233)	26.056	49.591	(11)	(1.171)	(723)
Total		7.557	(226.674)	(293.188)	12.628	(259.609)	(352.174)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários I, II e III, demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$ 293.188 mil correspondentes ao III.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, no quadro acima, com o montante de R\$ 14.029.239 mil, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cuja soma dos valores absolutos totalizaram R\$ 527.419 mil, representando em percentuais, algo em torno de 3,76% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, como: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais); crédito (fomento e comercial); e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, no qual as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil, através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (Δ NII) e de Valor Econômico (Δ EVE).

Desde a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco utiliza a abordagem de Valor Econômico e do Resultado de Intermediação Financeira na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020, em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, com base em dados de março de 2023, representou o montante de R\$ 134.116 mil.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310), que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, perdas processos e sistemas da instituição, em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CMN nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e a Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e as regras para a gestão de continuidade de negócios na instituição, com o objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados em caso de incidentes que possam gerar descontinuidade aos negócios.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto às mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e de soluções eficazes.

Após o enfrentamento da fase mais aguda da COVID-19, o Banco fixou novos mecanismos de segurança e comunicação, risco operacional e controle, o que possibilitou que os empregados pudessem trabalhar em formatos híbridos, home-office e presencial, o que aumentou a possibilidade de participações em treinamentos com custos menores e maior participação dos empregados, e assim melhorando o nível de conhecimento de seu staff em diversos temas relevantes a riscos e controles.

f) Gestão de capital

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o apetite definido na RAS.

g) Índice de Basileia (limite operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o primeiro trimestre de 2023 com PR de R\$ 4.967 milhões, 27% superior ao mesmo período do trimestre anterior (R\$ 3.908 milhões em 31/03/2022).

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 24% em relação ao mesmo período do ano anterior, saindo de R\$ 31.199 milhões em 31/03/2022 para R\$ 38.716 milhões em 31/03/2023.

Em 31 de março de 2023, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 12,8%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.03.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência (PR)	4.967.021	4.584.692
PR Nível I	4.967.021	4.584.692
Capital Principal	4.967.021	4.584.692
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	38.716.348	37.293.603
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	33.300.050	32.475.118
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	30.320	38.335
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	5.385.978	4.780.150
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.742.236	1.678.212
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.322.981	2.237.616
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	3.097.308	2.983.488
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	3.224.785	2.906.480
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	2.644.040	2.347.076
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,8%	12,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,8%	12,3%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,8%	12,3%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

27. Outras informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.03.2023	31.12.2022
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	12.949.108	13.137.673
Coo brigação em cessão de créditos – alongam crédito rural	9.016	9.212
Total	12.958.124	13.146.885

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 153.753 (R\$ 151.046 em 31/12/2022), com prêmio de R\$ 195 (R\$ 128 em 31/12/2022), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB n° 2/2020, no 1º trimestre de 2023 não houve evento não recorrente. O resultado contábil do 1º trimestre de 2023 foi de R\$ 286.687.

O resultado contábil do 1º trimestre de 2022 foi de R\$216.849. Como resultado recorrente, o Banco alcançou R\$241.103 e como não recorrente foi de R\$24.254 referente a atualização do adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021

Em atendimento à resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de julho/2022 o Banco implementou estrutura de governança através da constituição de Projeto Corporativo, gerido por um Comitê composto pelas áreas de crédito, contábil, risco, produtos, controladoria e TI.

O atendimento integral dos requisitos legais da regulamentação alcançará a adequação aos padrões contábeis internacionais.

Foi elaborado Plano de Ação que contempla os seguintes pilares visando o atendimento à Resolução:

- **Classificação:** revisão dos instrumentos de crédito do Banco para avaliação de cláusulas contratuais relevantes visando mapeamento de ativo problemático. Identificação e correção de cláusulas contratuais que desvirtuem os fluxos de caixa futuros de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em datas futuras (Custo Amortizado). Avaliação de instrumentos enquadrados em contratos híbridos que funcionem como passivos conforme novo modelo de negócios;
- **Mensuração:** aplicação de metodologia para SPPI Teste na base de dados para instrumentos financeiros e sua classificação em: CA, VJPL e VJR; dos passivos financeiros sem: CA e VJR e reenquadramento dos instrumentos financeiros no novo modelo de negócios conforme mapeamento;
- **Baixa:** documentação e aprovação das regras para baixa de operações e documentação das regras para não transferência/retenção de riscos e benefícios;
- **Off Balance:** definição das regras dos modelos contábeis, apuração, produtos e formatação de documento com descrição da nova forma, proposição de alteração dos normativos internos e impactos quando couber;
- **Provisão para Perdas Esperadas:** definições de conceitos, diretrizes e alçadas; definição, extração, envio, análise de dados e envio de layouts de extração para PD, LGD, Cura e demais necessários; desenvolvimento e implantação dos modelos no novo sistema de PCLD;
- **Hedge Accounting:** ocorrerá quando a Tesouraria observar a oportunidade de operação de trava de taxas, objetivando resultado positivo na carteira e modelagem contábil a ser definida;
- **Evidenciação:** seguirão as regras a serem publicadas;
- **Plano de TI:** o sistema passará pela formatação de escopo, levantamento de regras de negócios, requisitos, desenvolvimento, teste, homologação e implantação;
- **Implementação da Resolução nº 229/2022 – RWAcpad:** avaliação comparativa dos impactos no Cadoc 2061; formalização de mudanças em sistemas; entrada em produção e validação das novas regras no Cadoc 2061.

O processo licitatório para contratação da empresa de consultoria especializada que atuará no plano de implementação do Banco foi concluído no início de março/2023, tendo como vencedora do certame, a empresa FBM Gestão e Processos Ltda.

e) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o BASA conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais individuais em 31 de março de 2023**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União ("CGU"), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O BASA compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

José Maria de Lima Quinto Filho

Contador

CRC – PA Reg. 012964/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2022, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2022 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 16 de maio de 2022 e 23 de março de 2023, respectivamente, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase sobre o assunto descrito na Nota 28.e.

Brasília, 11 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao 1º trimestre 2023 (ITR) findo em 31 de março de 2023, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 11 de maio de 2023.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

Misael Moreno dos Santos
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao 1º trimestre 2023 (ITR) findo em 31 de março de 2023, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 11 de maio de 2023.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

Misael Moreno dos Santos
Diretor